



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
FORMAÇÃO INTERCULTURAL PARA EDUCADORES INDÍGENAS

LEIDIANE DA SILVA SOUZA

**ESTATÍSTICAS E NARRATIVAS: OLHARES E SENTIMENTOS
SOBRE A MORTE DE PESSOAS JOVENS DA POPULAÇÃO
INDÍGENA DA ALDEIA PATAXÓ COROA VERMELHÁ**

BELO HORIZONTE
2018

LEIDIANE DA SILVA SOUZA

**ESTATÍSTICAS E NARRATIVAS: OLHARES E SENTIMENTOS
SOBRE A MORTE DE PESSOAS JOVENS DA POPULAÇÃO
INDÍGENA DA ALDEIA PATAXÓ COROA VERMELHA**

Percurso apresentado ao curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Matemática.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca e Co-orientador: Rafael Andrés Urrego Posada.

BELO HORIZONTE
2018

Dedico este maravilhoso trabalho a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino. A meus pais, meus irmãos, meu esposo e minhas filhas que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até a esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades. A esta universidade Federal de Minas Gerais, à Faculdade de Educação, ao Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígena Habilitação Matemática. Aos professores e aos bolsistas do Curso, à direção e à administração que oportunizaram a janela de onde hoje vislumbro um horizonte superior. A minha família por toda a dedicação e paciência contribuindo diretamente para que eu pudesse ter um caminho mais fácil e prazeroso durante esses anos, principalmente ao meu esposo Karkaju, por ter cedido muito do seu tempo para me dar suporte no meu trabalho e nunca ter me deixado desistir. À minhas cunhadas Sirlene Cau, Sirleide Batista, Cirlaine Miranda por sempre me incentivarem a continuar os meus estudos. A minha professora e coordenadora da turma da Matemática Vanessa Tomaz, a minha orientadora Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca e ao meu co-orientador Rafael Andrés, pelo suporte em todo o tempo que tinham disponível, pelas suas correções e incentivos. Aos membros da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha e principalmente à enfermeira Sirlene Cau, ao Cacique Aruã e a Vilma Matos por terem contribuído e muito na conclusão do meu trabalho. Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Agradeço aos meus amigos, Gabriel Florêncio, Amagilda Pereira, Diovania Ferreira, Ivanilda Pereira e Tânia Maciel. Aos professores que sempre estiveram dispostos a ajudar e contribuir para um melhor aprendizado. Agradeço também a minha instituição por ter me dado a chance e todas as ferramentas que me permitiram chegar hoje ao final deste ciclo de maneira satisfatória. E a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

RESUMO

Este texto é o trabalho de conclusão do curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas, no qual é feito o confronto dos modos de olhar e de sentir a ocorrência e a frequência da morte de jovens da população indígena da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha, apresentados pelos dados estatísticos e pelas narrativas de pessoas da comunidade e de veículos de comunicação de movimentos dedicados à questão indígena. Foram utilizados dados estatísticos sobre as causas de morte que prevalecem no grupo etário de 15 a 29 anos da população indígena Pataxó, divulgados pelo IBGE, pelo DATASUS e pelos relatórios sobre violência elaborados pelo CIMI. As narrativas incluem depoimentos de pessoas da aldeia e matérias publicadas pelo CIMI na divulgação de seus relatórios. Desse confronto percebe-se que as estatísticas contribuem para se conhecer e analisar uma situação, mas também que elas são incapazes de revelar muitos aspectos importantes do modo como essa situação é vivida, sentida e narrada por uma comunidade.

Palavras-chave: Morte de jovens; Narrativas; Estatísticas; Aldeia Coroa Vermelha

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Pessoas do Povo Pataxó no Brasil, no ano de 2010

Tabela 2: Pessoas indígenas residentes em terras indígenas no Brasil e em Coroa Vermelha no ano de 2010.

Tabela 3: População e Taxa de Mortalidade em Santa Cruz Cabralia, no período de 2005 a 2015, por raça/cor e sexo

Tabela 4: População de Santa Cruz Cabralia, na faixa etária de 15 a 29 anos, em 2010, por sexo e raça/cor

Tabela 5: Casos de Assassinatos de Indígenas, conforme relatórios do CIMI

SIGLAS
LISTA DAS SIGLAS

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais

CGASI – Coordenação Geral de Apoio à Gestão da Saúde Indígena

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CPA – Certificação Profissional da ANBIMA

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DGESI – Departamento de Gestão de Saúde Indígena

FIEI – Formação Intercultural para Educadores Indígenas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SIASI – Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena

SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

Capítulo I: Proposição do problema

Capítulo II: Objetivos

Capítulo III: Justificativa

Capítulo IV: Procedimentos

Capítulo V: Minha história e a história da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha

Capítulo VI: Estudos sobre mortalidade indígena

Capítulo VII: O que dizem os Dados Estatísticos sobre mortalidade de jovens indígenas

Capítulo VIII: Outras Narrativas sobre a violência e sobre a morte de jovens indígenas: Os relatórios do CIMI

Capítulo IX: Outras Narrativas sobre a violência e sobre a morte de jovens indígenas: As entrevistas com membros da comunidade

Capítulo X: Considerações Finais

Capítulo I: Proposição do problema

No Brasil, existe uma elevada taxa de mortalidade, por causas externas (DATASUS, 2015), que afetam principalmente os homens jovens, fazendo com que a violência seja considerada um dos principais problemas de saúde pública para esse grupo populacional. Segundo o DATASUS¹, em 2015 aconteceram 152 135 óbitos por causas externas, com uma taxa de 74,4 óbitos por causas externas para cada 100 mil habitantes. Mas, se separamos esses casos por sexo, vemos que 82% daquelas ocorrências atingiram os homens fazendo com que a taxa de mortalidade por causas externas entre os homens seja de cerca de 120 por 100 mil habitantes.

Quando as pesquisas fazem um recorte étnico-racial para analisar essa problemática, evidenciam ainda que os efeitos adversos atingem mais a população negra do que outros grupos étnico-raciais. A taxa de mortalidade por causas externas para a população negra (85,8 por 100 mil) é 1,5 vezes a da população branca (56,6 por 100 mil) (dados disponíveis no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE²).

Nos grupos indígenas, a situação também é preocupante. A taxa de mortalidade por causas externas é de 79,2 para cada 100 mil habitantes. É importante ressaltar que esse valor está acima da média da população brasileira e é 1,4 vezes o valor da taxa para a população branca. Como mostram Ferreira e outros (2011), as taxas de mortalidade nas populações indígenas também são maiores entre os homens, quando olhamos para a faixa etária dos jovens.

Na mortalidade por sexo e faixa etária evidencia-se sobremortalidade masculina na população indígena em quase todas as faixas etárias, exceto nas faixas etárias de 10-14 e 55-59 anos (p.2329).

Considerando que as comunidades indígenas são relativamente pequenas, o impacto social de uma alta mortalidade de homens jovens pode se tornar uma grande tragédia no interior de cada uma delas. No caso, entre o povo Pataxó de Santa Cruz Cabralia, percebo de forma subjetiva que a morte violenta dos jovens é algo realmente calamitoso para o meu povo.

Os dados do DATASUS indicam que, dos 85 óbitos de indígenas de Santa Cruz Cabralia que houve entre os anos 2005 e 2015, 16,5% (14) foram por causas externas. Esses

¹ Departamento de Informática do sistema Único de Saúde. Último acesso às 06:19 do dia 07/03/2018

² Disponível em: www.ibge.gov.br. Último acesso às 06:24 do dia 07/03/2018.

dados dizem muito, mas não tudo que a minha própria subjetividade me faz sentir em relação à preocupação com a morte de pessoas jovens da população indígena Pataxó.

Por isso, eu me dediquei à busca de dados estatísticos disponibilizados pelo Sistema de Informação da Saúde Indígena - SIASI e pelo DATASUS bem como os dos relatórios sobre violência elaborados pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI, referentes a Coroa Vermelha, mas também colhi depoimentos, por meio de entrevistas, de pessoas da aldeia Pataxó Coroa Vermelha, como o Cacique Aruã, a enfermeira Sirlene Cau e a diretora da escola, Vilma Matos³.

Minha intenção ao confrontar esses dados quantitativos e os depoimentos de pessoas da comunidade é colocar em discussão como as estatísticas contribuem para se conhecer e analisar uma situação, mas também como elas são incapazes de revelar muitos aspectos importantes do modo como essa situação é vivida, sentida e narrada por uma comunidade.

Essa discussão me parece importante para quem tem acesso a estatísticas sobre a vida (e a morte) das pessoas de uma comunidade, e, de modo especial, para quem poderá vir a ensinar estatística nas aulas de Matemática. É preciso lembrar que, se é preciso ensinar conceitos e cálculos de Estatística, é preciso ensinar também a ter um olhar crítico para o que está por trás dos dados, pois eles não evidenciam o que é mais importante para a comunidade, que é o sentimento da perda de um filho, um irmão, um primo, um pai.

³ A divulgação da identidade das pessoas entrevistadas foi autorizada por elas.

Capítulo II: Objetivos

Objetivo Geral

Discutir como as estatísticas sobre a morte de jovens da população indígena da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha contribuem para se conhecer e analisar uma situação, mas também como elas são incapazes de revelar muitos aspectos importantes do modo como essa situação é vivida, sentida e narrada pela comunidade.

Objetivos Específicos

- Reunir dados estatísticos disponíveis e referências bibliográficas sobre a mortalidade na Aldeia Pataxó Coroa Vermelha.
- A partir dos dados reunidos, traçar o perfil das principais causas de morte entre os/as indígenas da aldeia Pataxó Coroa Vermelha segundo o sexo e a faixa etária para o grupo de 15 a 29 anos, usando os tipos de causa de morte indicados nos dados do SIASI.
- Identificar informações sobre mortalidade violenta referentes à comunidade Pataxó da Aldeia Coroa Vermelha, que aparecem nos relatórios do CIMI.
- Colher, por meio de entrevistas, depoimentos de pessoas da aldeia Pataxó Coroa Vermelha, sobre a mortalidade de pessoas jovens na aldeia.
- Confrontar modos de olhar e de sentir a ocorrência e a frequência da morte de jovens da população indígena da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha, apresentados, de um lado, pelos dados estatísticos e, de outro, pelas narrativas de pessoas da comunidade e de veículos de comunicação de movimentos dedicados à questão indígena.

Capítulo III: Justificativa

Interessei-me por essa pesquisa, devido ao sentimento da comunidade de que a criminalidade na aldeia Coroa Vermelha teria aumentado, causando assim medo nas famílias que ali moram. Muitas das vezes tive que deitar no chão atrás do balcão da minha casa com minha filha e grávida, por medo de que um daqueles tiros acertasse em uma de nós. A violência na aldeia Coroa Vermelha ficou de tal forma que não podíamos sair, a partir das 18 horas, das nossas casas e quase todos os dias no mesmo horário era aquele mesmo ritual: deitar no chão atrás do balcão com minhas filhas.

Isso vem acontecendo há cerca de uma década. Muitos, nessa época, venderam ou trocaram suas casas, e não quiseram mais continuar morando ali. Lembro-me de que meus familiares que moram em Minas Gerais falavam comigo que era para eu vir embora, e que estavam com muito medo de a qualquer momento receber uma má notícia.

A situação na Aldeia Coroa Vermelha foi só se agravando, pois não eram mais só tiros sem direção; começaram a ter alvo certo. A partir daí, começaram a aparecer índios mortos e, na sua maioria, eram jovens e do sexo masculino.

Essa situação não pode ser encarada como normal. É preciso procurar analisá-la não só porque isso prejudica a vida na minha aldeia (embora isso já fosse motivo bastante), mas porque outras aldeias e outras comunidades também vivem esse problema.

Por isso, esta pesquisa também está sendo feita para, futuramente, ser usada nas faculdades para alimentar a discussão sobre esse assunto, que não é só meu e tão somente da minha comunidade, mas sim um problema seríssimo que afeta a população geral e, como mostram os dados, de modo mais dramático, a população negra.

Preocupei-me em pesquisar essa questão, no primeiro momento, porque sempre escutei os indígenas e não indígenas falarem que em Coroa Vermelha tinha aproximadamente 5.000 indígenas. Os dados do IBGE do Censo de 2010, porém, informam que Coroa Vermelha tinha 3.541 indígenas. Esses dados, então, apontavam muito menos indígenas do que as informações que eu costumava ouvir. Depois que fiz essa descoberta, mesmo sabendo que essas informações eram produzidas por metodologias e com intenções diferentes, me veio a preocupação com uma possível diminuição da população indígena. Além disso, me veio outra inquietação: por que estavam morrendo jovens indígenas da Aldeia Coroa Vermelha?

De fato, os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/DATASUS mostram que a faixa etária em que mais morreram indígenas está entre 20 a

29 anos, apontando 9 óbitos nessa mesma faixa etária no período de 2005 a 2015. O número de óbitos da população negra de mesma faixa etária nesse mesmo período é muito maior: 91 óbitos. Mas se considerarmos que a população negra é também bem maior, constatamos que há números relativamente elevados de óbitos da população indígena. É verdade que, mesmo proporcionalmente, a mortalidade na população negra nessa faixa etária continua sendo bem maior. No entanto, se comparamos os dados da população indígena com os da população branca, embora em números absolutos não pareça que exista grande diferença, quando se calculam as taxas de mortalidade, dá pra perceber que a situação da população indígena é mais vulnerável.

De acordo com os dados que encontrei e considerando minhas próprias análises da situação de Coroa Vermelha, isso vem acontecendo devido ao crescimento populacional da aldeia e o aumento do fluxo turístico, que aumentam também a distribuição e o consumo de drogas. O consumo acarreta o vício e leva os jovens a contraírem dívidas com os traficantes, deixando-os vulneráveis quando não são capazes de pagá-las. Além disso, a disputa pelo controle dos pontos de venda ocasiona brigas entre facções do tráfico, colocando em risco a vida dos jovens envolvidos e também a vida de toda comunidade. Isso explicaria o fato de que, nesse contexto todo, prevaleça a morte por arma de fogo e por acidentes de trânsito e o fato de os óbitos atingirem na sua maioria homens de 15 a 29 anos de idade?

Meu Percurso pretendia ultrapassar essas especulações e tentar analisar essa situação utilizando dados e procedimentos de análise mais sistemáticos, sem perder a sensibilidade que a vivência na aldeia me traz para pensar as questões dos povos indígenas.

Ao ter acesso aos dados sobre ocorrência e causas da mortalidade de jovens indígenas e, especialmente, de jovens indígenas da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha, e depois fazer algumas análises deles, concluí que eles mostravam e até explicavam muitas coisas sobre esse assunto, mas não eram capazes de revelar outros aspectos sobre como a comunidade vivencia, sente e narra os casos de morte de jovens da aldeia e a própria situação de violência que leva a essas mortes.

Por isso, neste Percurso, me pareceu importante não apenas apresentar e analisar dados estatísticos ou só transcrever depoimentos, mas confrontar modos de olhar e de sentir a ocorrência e a frequência da morte de jovens da população indígena da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha, apresentados, de um lado, pelos dados estatísticos e, de outro, pelas narrativas de pessoas da comunidade e de veículos de comunicação de movimentos dedicados à questão indígena.

A intenção desse confronto é abrir a discussão sobre como as estatísticas de mortalidade de jovens da população indígena da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha contribuem para se conhecer e analisar uma situação, mas também como elas são incapazes de revelar muitos aspectos importantes do modo como essa situação é vivida, sentida e narrada pela comunidade.

Capítulo IV: Procedimentos

A ideia de como desenvolver este trabalho não surgiu de uma só vez.

Desde o início, minha vontade era falar sobre a mortalidade violenta na Aldeia, mas confesso que fiquei um pouco receosa porque se tratava de uma questão muito complicada e perigosa.

Como eu tinha o privilégio de contar com a orientação de uma pessoa com conhecimentos de demografia – meu co-orientador Rafael Posada –, fui orientada a fazer uma abordagem mais quantitativa, analisando os dados estatísticos do DATASUS e do SIASI e as respostas de um questionário que eu tentaria aplicar à população da Aldeia Indígena Coroa Vermelha.

Rafael me auxiliou no acesso aos dados do SIASI e do DATASUS, mas a ideia do questionário me pareceu ser muito difícil de executar, por Coroa Vermelha ser uma aldeia de mais de 3 mil habitantes.

Também fui orientada a buscar dados do IBGE, produzidos a partir do Censo de 2010, pois neles era possível identificar informações sobre indígenas Pataxó e mais precisamente os indígenas Pataxó de Santa Cruz Cabralia.

Para me preparar para a análise desses dados, tive acesso também a um conjunto de artigos sobre violência contra povos indígenas. Uma revisão desses artigos encontra-se no capítulo VI. Nenhum desses artigos, porém, focalizava aldeias Pataxó.

Também li o livro *Os Condenados da Terra*, de Fanon (1968), e refleti sobre ele, instigada pelas perguntas propostas pelo meu co-orientador Rafael. Entretanto, como o foco desse livro é diferente daquele que eu fui dando ao meu texto, minhas reflexões a partir daquelas perguntas não foram incorporadas a este Percurso, embora tenham sido importantes na minha formação e me ajudado a entender certas questões que eu contemplo aqui.

Minha mudança de perspectiva de trabalho ocorreu devido a mudança na orientação do trabalho acordada com minha orientadora, **Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca** (Ção). Antes disso tudo acontecer, eu estava trabalhando junto com meu co-orientador e estávamos focando mais nessa parte demográfica. Mas eu não me sentia confortável, pois, eu não conseguia compreender aquelas tabelas, o que me deixou bem estressada. Mesmo com toda paciência que ele tinha de me orientar, aquilo não entrava na minha cabeça. Só agora entendo que o que eu queria mostrar não era só essa parte demográfica e estatística, pois o censo poderia fazer isso por si só. Eu queria mostrar muito

mais que números: queria mostrar a realidade da violência que vivo todos os dias na minha Aldeia Coroa Vermelha.

Para isso tive o privilégio de ter ao meu lado também Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca, minha orientadora, que me ajudou a dar o sentido que eu queria para o meu trabalho, que é mostrar que os jovens indígenas do sexo masculino estão morrendo, devido à violência e como essa mortalidade é vivida, narrada e sentida pela comunidade da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha.

Tivemos vários encontros de orientação e, a cada encontro, nosso trabalho ia criando corpo e ficando exatamente do jeito que eu queria: buscando mostrar como a gente sente essa situação de violência.

Como já tinha feito algumas buscas de dados quantitativos e artigos sobre violência contra indígenas de maneira geral, minha orientadora sugeriu que eu fizesse entrevistas com pessoas da comunidade, para entender melhor essa questão de mortalidade violenta que estava acontecendo na Aldeia Pataxó Coroa Vermelha e nos deixando aflitos, tristes e indignados.

Com essa nova perspectiva, recorri mais sistematicamente e com mais *intencionalidade* aos dados quantitativos do SIASI, do DATASUS e do IBGE e aos relatórios sobre violência contra a população indígena do Brasil, elaborados anualmente pelo CIMI. Esses relatórios trazem não apenas os números, mas também uma pequena descrição das informações “oficiais” sobre cada caso de violência.

Como mostrarei no capítulo VIII, os dados do SIASI, do DATASUS e do IBGE confirmaram minhas preocupações com a violência que atinge principalmente os jovens indígenas, do sexo masculino. Os relatórios do CIMI, que analiso no capítulo VIII, contam um pouco da história de cada caso. Trazem também artigos comentando os problemas de violência. Mas, em geral, eles trazem as informações encontradas nos boletins de ocorrência. Essas informações, assim como os dados quantitativos, ajudam a construir um panorama da situação, mas não mostram o sentimento da comunidade!

Por isso, resolvi entrevistar três membros da comunidade, que ocupam cargos ou desempenham funções que permitem que eles tenham um contato mais direto com as pessoas da comunidade, em especial com as famílias dos jovens atingidos pela violência, e que julguei que poderiam acrescentar e enriquecer meu trabalho e me ajudar a compreender e expor a realidade da violência, do modo como a comunidade a vivencia, narra e sente. Por isso entrevistei: o Cacique Aruã Pataxó; Sirlene Cau Lopes, enfermeira do Posto de Saúde; e

Vilma Matos, na época, diretora da maior escola de Coroa Vermelha (e do município Santa Cruz Cabrália). Minhas análises dessas entrevistas são apresentadas no capítulo IX.

Ao final deste texto, apresento minhas reflexões e considerações sobre o que vivi e aprendi neste Percurso.

Capítulo V: Minha história e a história da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha

Sou Leidiane da Silva Souza, nome indígena Sirê Mayô Pataxó. Nasci em 1984, na cidade de Porto Seguro, Bahia. Sou filha de “pai branco” e mãe índia. Sou artesã e estudante da licenciatura em Matemática do curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI/UFMG).

Nasci na Bahia e vivi ali até os meus 4 anos de idade. Depois meu avô junto com os meus tios – “os marianos” –, juntamente com minha família da Bahia, mudaram-se, quando eu tinha quatro anos de idade, para aldeia Guarani, hoje mais conhecida como Aldeia Sede Guarani. Nessa aldeia morei até os meus 24 anos. Tenho duas filhas lindas, dádivas de Deus em minha vida, que só me dão forças para continuar estudando. Atualmente moro na Aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, onde participo ativamente da vida comunitária.

Comecei a estudar a partir dos 7 anos de idade na aldeia Pataxó; dos 10 anos de idade até que eu completasse os 17 anos de idade cursei o Ensino Fundamental I e II na Escola Municipal Cônego Bento, Município de Carmésia/MG.

Aos 18 anos, em 2003, eu me casei com um rapaz não indígena e tive uma filha. Fiquei casada por três anos voltando, depois, a morar com minha mãe na aldeia Pataxó sede, no município de Carmésia.

Foi nessa época, em 2007, que eu participei da gravação do CD Konehō Thanara (Filhos da Natureza), que foi feita na escola com a participação de estudantes, pais e componentes do grupo de jovens da aldeia, Grupo Cultural Pataxó da Aldeia Sede, no município de Carmésia/MG.

Em 2008, eu me casei novamente, agora com um índio Pataxó e fui morar na Aldeia Coroa Vermelha.

Em 2009, retomei meus estudos e passei a cursar o Ensino Médio no Colégio Indígena Estadual Coroa Vermelha. Mas estudei ali apenas no primeiro ano; no segundo e no terceiro ano, estudei no Colégio Estadual Armando Ribeiro Carneiro, na cidade de Eunápolis, por meio da Certificação Profissional ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais), conhecido como CPA, finalizando então em 2014.

Também em 2014 prestei o vestibular para o curso Formação Intercultural para Educadores Indígenas – FIEI, com habilitação em Matemática, na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Tendo sido aprovada, passei a integrar a turma de 2014 do FIEI, que é constituída por pessoas dos povos: Guarani, Maxakali, Xakriabá, Pataxó Hã Hã Hãe e Pataxó.

O Povo Pataxó

Os Pataxó, assim como os Botocudos e os Maxakali, resistiram mais de trezentos anos graças à proteção da floresta que cobria toda a região, só conhecida por nossos antepassados, e graças a nossa maneira de viver, pois sempre fomos grupos nômades. Em 1961, por decisão do governo, boa parte dos grupos Pataxó foram aldeados na Aldeia Barra Velha.

Em sua tese de doutorado, Juliana Cardoso (2008) comenta que:

Segundo o Príncipe Maximiliano⁴, os Pataxó ocupavam as áreas no norte da margem direita do rio São Mateus, até Porto Seguro, junto com os Cumanachós e Machacalis⁵, que são atualmente classificados no mesmo tronco linguístico. A paisagem local era caracterizada por matas fechadas, densas florestas, mangues, capoeiras, cerrados e charnecas, onde ocorriam espécies de grande valor econômico, cuja extração ocorria livremente naquela época (p.85).

Historicamente, os diversos grupos indígenas do Brasil sofreram uma grande perda populacional desde seu primeiro contato com os descobridores e, posteriormente, com os colonizadores, que constantemente os eliminavam durante o processo de ocupação do território brasileiro, além de expô-los a inúmeras doenças infecciosas até então desconhecidas ao seu sistema imunológico.

Atualmente o Povo Pataxó vive distribuído em mais de 40 aldeias nos estados de Minas Gerais e Bahia. Nossa língua é da família Maxakali, do tronco Macrojê. Hoje em dia, há um trabalho de manutenção e pesquisa do nosso idioma, o Patxohã. Em 2010, os Pataxó totalizavam 13.588 pessoas no Brasil, segundo dados do IBGE. Entre as principais rendas do Povo Pataxó estão a agricultura, a pesca, a pecuária, o turismo e os artesanatos. Outros setores que geram renda são as áreas de saúde, educação e a atividade de pequenos comércios.

Nos dias de hoje, os territórios do Povo Pataxó encontra-se em processo de ampliação. Esse é o caso das aldeias de Barra Velha, Comexatiba, Coroa Vermelha, dentre outros. Entretanto, isso não acontece sem o enfrentamento de alguns desafios. Um dos principais problemas é a morosidade do Governo Federal em assinar as cartas declaratórias desses territórios, o que traz bastante insegurança para o Povo Pataxó (principalmente após o

⁴ Informações disponíveis no diário do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, intitulado “Viagem ao Brasil de 1815 a 1817, disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/15/viagem-ao-brasil-nos-anos-de-1815-a-1817>>.

⁵ Reproduzi aqui a grafia utilizada pelo autor do livro.

Golpe de 2016 e a subida ao poder de um grupo que não se mostra sensível às causas indígenas).

A Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha foi criada pelo decreto 1775/1996 e homologada em decreto de Junho de 1998, publicado no Diário Oficial da União em 10 de Julho de 1998 (Fonte: FUNAI de Porto Seguro). Tem uma extensão de 1.493 hectares sendo: 827 hectares de preservação ambiental (atual Aldeia Pataxó da Jaqueira); 570 hectares destinados à Aldeia da Agricultura; e mais 77 hectares de área urbana no bairro Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabralia/BA.

A Aldeia Pataxó Coroa Vermelha está localizada no local onde foi celebrada a Primeira Missa no Brasil e seus fundadores são oriundos da Aldeia Mãe, Barra Velha. Após a demarcação da terra, a nossa comunidade tem se organizado em busca da afirmação de sua identidade, da manutenção dos costumes e das tradições e da ampliação do território.

Coroa Vermelha é uma das maiores aldeias indígenas em população em contexto urbano e devido ao longo processo de inserção forçada no mundo dos não índios, durante muitos anos, os Pataxó foram obrigados a negar sua identidade, sofrendo vários ataques e represálias às tradições e confinamento de sua cultura. Na Aldeia Pataxó Coroa Vermelha, não foi diferente. Mesmo em sua consolidação como terra indígena, houve muitos momentos e situações de preconceito contra nós indígenas.

Podemos citar como exemplo os fatos ocorridos durante as comemorações dos 500 anos do Brasil. Em entrevista concedida a mim via whatsapp, Alzira Ferreira, uma das primeiras professoras da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha, escreveu que o ano 2000, para os índios, foi um dos piores momentos, pois tinha muitos policiais por toda parte, para evitar o protesto que os índios e os sem-terra estavam fazendo. Esses protestos visavam mostrar um outro modo de ver a história do Brasil, especialmente do ponto de vista daqueles que lutam ainda pelo direito à terra para quem vive e trabalha nela. Para afastar os indígenas e os camponeses, os policiais usaram bombas de gás lacrimogêneo, e, nisso, os indígenas se misturaram com os militantes do MST, e a violência contra quem protestava fez com que muitos ficassem feridos.

Alzira Santana Ferreira, 55 anos setembro de 2017, em uma conversa por telefone ainda relatou que não participou ativamente devido a seus filhos serem muito pequenos e ela precisava protegê-los. Mesmo assim um de seus irmãos ficou ferido o que a deixou ainda mais receosa de estar presente. Ela diz também que teve um caso de um índio de outra etnia que, por conta dos ataques, ficou tão ferido que precisou ser levado de helicóptero a sua cidade natal. Isso mostra que foi um dos momentos de muito tormento para as etnias,

principalmente as que vivem naquela região do litoral sul da Bahia, que seria palco de muitas celebrações do que costuma ser chamado de “Descobrimento do Brasil”, escondendo o massacre das populações que aqui viviam.

A construção de Coroa Vermelha em 1972 foi caracterizada pela atividade comercial crescente nessa época. O turismo surgiu como alternativa econômica para a comunidade Pataxó, diante, principalmente, da escassez de terra, e acabou por se tornar também um dos principais meios econômicos e, além disso, contribuir para fortalecer sua identidade cultural. Os artesanatos (gamelas, arco e flecha e colares) se tornaram uma das principais fontes de renda da comunidade, uma forma de divulgar a tradição Pataxó, e também veio atender ao apelo do desenvolvimento da demanda turística emergente na década de 1970.

Vale a pena ressaltar que, em Coroa Vermelha, antes dessa época, no período em que ainda não tínhamos o território homologado e nem reconhecido como terra indígena, os Pataxó eram considerados pessoas comuns da comunidade Cabraliense: sua vida social estava ligada a atividades basicamente de pesca, agricultura e venda de artesanatos. Com o contato direto com o fluxo de turistas, por ser ali um local histórico e com grande atração em razão das praias e de outras belezas naturais, a comunidade passou a conviver em um novo contexto e a re-significar suas tradições indígenas, o que foi um importante instrumento de construção de sua identidade étnica e também um meio para a própria viabilidade econômica da aldeia.

Atualmente a Aldeia Pataxó Coroa Vermelha tem uma população estimada em 3.541 indígenas, segundo dados demográficos do Posto de Saúde Familiar Indígena de Coroa Vermelha. As atividades econômicas se ampliaram com o passar dos anos e hoje podemos citar não só o artesanato, a pesca e a agricultura, como também o comércio local não indígena, hotéis e restaurantes como locais que empregam a mão de obra indígena.

A estrutura de organização da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha conta com duas escolas, sendo uma municipal e outra estadual, um posto de saúde, um museu indígena, Centros comunitários e administrativos da aldeia, um estádio de futebol, bem como lojas comerciais indígenas.

Mesmo conhecendo a Aldeia Coroa vermelha e suas especificidade, vejo o quanto essa questão da violência tem impactado a nossa comunidade, o quanto os jovens estão se desviando do caminho de ser uma liderança jovem, de prestar um vestibular, pois, antigamente era uma honra para nossa comunidade ver um jovem ingressado na luta pelos direitos de nosso povo. Hoje vejo os jovens muitos dispersos, sem opção de lazer dentro da comunidade, muitos desempregos, e por isso muitos acabam conhecendo “colegas” com

roupas e tênis de marcas e aí vem o desejo de ser como eles e de ter o que eles têm. No entanto, essas “roupas e sapatos de marcas” tem um preço e às vezes esse preço custa muito caro. Esta forte influência externa à aldeia motivada pelo aumento populacional e com agravamento social contribui para o aumento de jovens envolvidos nesse mundo do crime. Portanto, aí está a minha preocupação ou até mesmo inquietação de falar sobre um assunto que atormenta muito a Aldeia coroa vermelha, pelo fato de nossos jovens estarem morrendo e não sabemos o que fazer para impedir.

Capítulo VI: Estudos sobre mortalidade indígena

Em um estudo pioneiro sobre a Mortalidade Violenta nos Pataxó, que eu, meu colega Kevin Robert Santos, e os bolsistas Rafael Posada e Vanessa Ferreira realizamos (POSADA, FERREIRA, SANTOS E SOUZA, 2017), fizemos uma revisão sistemática de artigos, na base de dados Scielo, sobre mortalidade indígena, para identificar como a questão da mortalidade indígena tem sido pesquisada no Brasil. Vale a pena ressaltar que esse estudo é um dos produtos motivados pelo meu interesse no tema da presente pesquisa.

Essa revisão foi feita usando 4 combinações de palavras chave: indígena, mortalidade (40 resultados); indígena, mortalidade, demografia (3 resultados). indígena, mortalidade, estudos populacionais (1 resultado); população, indígena, mortalidade (33 resultados); indígena, mortalidade (40 resultados); indígena, mortalidade, demografia (3 resultados); indígena, mortalidade, estudos populacionais (1 resultado); população, indígena, mortalidade (33 resultados).

Foram considerados só os artigos que tinham essas palavras no título, ou no resumo ou nas palavras chave. Excluíram-se os resultados repetidos e os que não falavam de comunidades indígenas brasileiras. Com esses critérios, foram selecionados um total de 26 artigos.

Todos esses artigos foram publicados entre 2001 e 2016. As temáticas centrais que eles focalizam são: saúde (9 artigos ; 34%); perfil sociodemográfico (6 artigos; 23%); suicídio (4 artigos; 15,4%); dinâmica demográfica (3 artigos; 11,5%); padrões de mortalidade (2 artigos; 7,7%); mortalidade infantil (1artigo; 3,8%); e fecundidade (1 artigo; 3,8%). Chama atenção o fato de que a questão do suicídio, mesmo que não seja como questão central, aparece em 7 artigos.

Desses artigos, 3 se voltavam para a sociedade geral, mas faziam um recorte por raça/cor, o que permite identificar a situação dos indígenas em comparação aos outros grupos étnicos. Havia 9 artigos que tratavam dessas temáticas em contextos multiétnicos . Os demais focalizavam povos específicos : 4 artigos focalizavam o povo Xavante ; 2 artigos, o povo Kamaiurá; 1 artigo, os Suyá; 1 artigo, os Xakriabá; 1 artigo, os Kayabí; 1 artigo, os Sateré-Mawé; 1 artigo, os Guarani; 1 artigo, os Guarita; 1 artigo, os Hupd'äh, povo Maku; 1 artigo, os Kaingang. Nenhum desses artigos focalizou o povo Pataxó.

O estado que concentra a maioria desses estudos é o Mato Grosso (11 artigos; 42%), seguido do Amazonas (7 artigos, 27%) e do Paraná (3 artigos , 11,5%). Minas Gerais,

Rio Grande do Sul e Pará são focalizados, cada um deles, em 1 (um) artigo. Há um artigo que se volta para as regiões sul e sudeste e um outro que fala da população indígena do Brasil, de modo geral. Não há, entre esses estudos, um que tenha focalizado povos indígenas da Bahia.

A maioria das pesquisas que subsidiam esses artigos foi feita pela Fundação Oswaldo Cruz (11 artigos; 42,5%). A Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, a Universidade de São Paulo - USP, a Universidade Estadual de Maringá - UEM, a Universidade Federal do Amazonas - UFAM e a Universidade Federal do Mato Grosso- UFMT são responsáveis pelas demais pesquisas. Não se encontram, entre os artigos selecionados, algum que tenha sido escrito baseando-se num estudo feito pela Universidade federal de Minas Gerais- UFMG.

Ao identificarmos os autores, verificamos que há uma certa concentração: Heloisa Pagliaro assina (em autoria ou co-autoria) 6 artigos; Ricardo Ventura, 5 artigos; Maximiliano Loiola Ponte de Souza e Luciene Guimarães de Souza são (co)responsáveis por 4 artigos cada um; Carlos E. A. Coimbra Jr. e Roberto G. Baruzzi são autores (ou co-autores) de 3 artigos cada um.

Muitos desses artigos falam dos altos níveis de mortalidade da população indígena brasileira em comparação com a população em geral. Destacam as altas taxas de mortalidade infantil, de mortalidade por doenças infecciosas (principalmente tuberculose e malária) e de suicídio. Muitos artigos associam essas taxas a deficiências na nutrição e a condições precárias de vida dos indígenas. Os autores apontam a necessidade de implementação de políticas públicas e melhoramento nas informações de saúde.

Por outro lado, se nos voltamos para o que dizem os movimentos sociais indígenas, vamos encontrar outros argumentos e preocupações. Esses movimentos denunciam o genocídio que ocorre devido aos conflitos territoriais com os não indígenas, particularmente com os fazendeiros, mas esse tema não é abordado na literatura sobre mortalidade a que tivemos acesso por meio do sistema de busca que implementamos. As mortes decorrentes desses conflitos entram nas estatísticas junto com as demais “causas externas”.

Os artigos não analisam as diferentes causas reunidas nessa categoria “causas externas” e não falam sobre uma questão que vem preocupando minha aldeia que é a mortalidade relacionada à violência em decorrência do tráfico de drogas.

Ao longo do meu percurso, foi a questão do impacto da violência no sentimento e nas práticas do dia a dia da comunidade que se tornaram o foco das minhas preocupações e das reflexões que quero apresentar neste texto.

Capítulo VII: O que dizem os Dados Estatísticos sobre mortalidade de jovens indígenas

Conforme indiquei no capítulo sobre os procedimentos, neste trabalho usei dados quantitativos e qualitativos.

Os dados quantitativos incluem as informações sobre os óbitos por sexo e idade, da base do DATASUS e do SIASI, referentes ao período de 2005 a 2015, bem como os dados sobre o estoque da população, por idade, no ano de 2010, que estão disponíveis no sítio eletrônico do IBGE. A delimitação desse período para óbitos e desse ano para a população atendeu a questões operacionais e de comparabilidade. Tomei os dados que estavam disponíveis e abertos a qualquer pessoa, nas bases do DATASUS, e os dados solicitados ao SIASI referentes à mortalidade na década de 2005 a 2015, pois, assim, poderia comparar com a informação sobre a população em 2010 (ano que fica bem no meio desse intervalo) e que poderia ser obtida na página do IBGE, já que esse é o ano do último Censo realizado por esse instituto.

Outros dados quantitativos foram obtidos dos relatórios sobre violência do CIMI, nos quais também busquei dados qualitativos, aos quais acrescentei os depoimentos colhidos em entrevistas semiestruturadas com membros de destaque da Aldeia Indígena Pataxó Coroa Vermelha. Sobre os dados qualitativos, falarei no próximo capítulo.

Conforme o memorando 129/2017 – CGASI/DGESI/SESAI/MS⁶ enviado pela Coordenação Geral de Apoio à Gestão da Saúde Indígena em resposta à solicitação do CIMI de informações atualizadas sobre a mortalidade de indígenas no Brasil, os dados do SIASI são produzidos em diferentes etapas, que envolvem a captação, a alimentação, a qualificação e o tratamento dos dados, além do processo de atualização da versão do sistema. Por esse motivo, a produção de dados e a atualização do sistema do SIASI encontravam-se ainda em andamento em alguns distritos, como é o caso da atualização dos dados dos últimos meses de 2016.

Isso explica a minha dificuldade para obter mais dados epidemiológicos sobre mortes violenta na aldeia Coroa Vermelha. Esses dados são coletados mensalmente pelas equipes de saúde indígena da aldeia Coroa Vermelha e são enviados ao Polo Base de Porto

⁶ Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/570278/RESPOSTA_PEDIDO_PR_OTOCOLO%20-%2025820002454201749%20-%20Memorando%20n%20129%20Requerimento%20de%20informaes%20-%20SIC%202199644.pdf>. Último acesso em 15/03/2018.

Seguro, no qual são analisados para serem enviados ao Polo de Salvador e lá inseridos no sistema.

Embora nem todos sejam inseridos no sistema do SIASI imediatamente, esse sistema serve como ferramenta e se torna fundamental para a consolidação e a análise dos dados, pois por meio deles, podemos ter uma visão ampla dos problemas de saúde enfrentados nas comunidades e assim formular estratégias de enfrentamento desses problemas.

Os dados até 2013 estão disponíveis no site do Ministério da Saúde, no Portal da Saúde (<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/70-sesai/9518-SIASI>).

Já o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS, que tem como missão auxiliar o Ministério da Saúde no processo de construção e fortalecimento do SUS, vem criando sistemas de informação que são necessários para o planejamento e o controle da Base de Dados Nacionais. Esses dados ficam disponíveis na página eletrônica do SUS e são acessados por meio de um sistema de busca do próprio site do DATASUS, na aba “acesso à informação” (<http://DATASUS.saude.gov.br/>).

Para acessar esses dados, utilizei o tutorial que me foi fornecido por meu co-orientador e que se encontra nos anexos deste Percorso.

Os dados do DATASUS e do SIASI nos informam as taxas específicas de mortalidade por sexo e grupos de idade para o período de 2000 a 2016. Os estudos realizados por essas agências avaliaram quais foram as principais causas de morte na população de 15 a 29 anos, segundo o sexo, e segundo os tipos de causa de morte.

Ao consultar esses dados, procurei identificar neles regularidades e tendências ou alguma coisa que me parecesse excepcional ou surpreendente. A análise desses dados mostra que as taxas de mortalidade são maiores para os homens do que para as mulheres nessa faixa etária, sendo que predominam os óbitos por arma de fogo e acidentes de trânsito, o que, de certa forma coincide com o que depois encontramos nos relatórios do CIMI, que revelam que a mortalidade violenta está relacionada a conflitos entre indígenas e não indígenas, bem como entre os próprios indígenas. Isto se relaciona amplamente com os conceitos de violência de Frantz Fanon (1968).

Reunindo dados sobre o povo Pataxó e as taxas de mortalidade na Aldeia Coroa Vermelha

A principal dificuldade em pesquisar dados demográficos da população Pataxó está relacionada a problemas de sistematização e rápida atualização dos dados disponíveis nos órgãos responsáveis pelo registro de dados da população indígena (SESAI/SIASI) o que faz com que eles, muitas vezes, não sejam convergentes com os dados do IBGE e do DATASUS.

Podemos obter informações sociodemográficas da população Pataxó no sistema SIDRA do IBGE. O censo capta a população Pataxó que se concentra nos municípios de Porto Seguro, Itamarajú, Prado, Santa Cruz Cabrália, Carmésia e Itapecerica. O censo tem informações específicas para os indígenas (características dos domicílios e das pessoas segundo etnia, língua e pertencimento às terras indígenas).

A seguir, apresento dados extraídos de uma tabela publicada no site do IBGE em que consta a população indígena, distribuída conforme sexo e o tronco linguístico ou a família linguística ou a etnia ou povo a que pertence.

Tabela 1: Pessoas do Povo Pataxó no Brasil, no ano de 2010

País: Brasil	
Variável = Pessoas indígenas (Pessoas)	
Tronco linguístico Macrojê, família linguística, etnia ou povo: Pataxó	
Ano = 2010	
Total	13.588
Homens	6.982
Mulheres	6.606

Fonte: IBGE (2010) Tabela 3194 - Pessoas indígenas, por sexo e o tronco linguístico, a família linguística e a etnia ou povo a que pertencem

Tabela 2: Pessoas indígenas residentes em terras indígenas no Brasil, em Santa Cruz Cabrália e em Coroa Vermelha no ano de 2010

Brasil	
Variável = Pessoas residentes em terras indígenas (Pessoas)	
Ano = 2010	
Brasil	567.582
Santa Cruz Cabrália – BA	3.919
Aldeia Coroa Vermelha	3.541

Fonte: IBGE (2010)- Tabela 3208- Pessoas residentes em terras indígenas, por condição de indígena, segundo as Terras Indígenas

Essas tabelas indicam que em 2010 existiam 13588 pessoas indígenas da etnia Pataxó vivendo no Brasil. Mostra também que existiam 567582 pessoas vivendo em terras indígenas. Dessas, 3919 viviam em Santa Cruz Cabrália, quase todas (3541) na Aldeia Coroa Vermelha.

Foi no SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade – que eu busquei dados sobre mortalidade em Santa Cruz Cabrália, apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: População e Taxa de Mortalidade em Santa Cruz Cabrália, no período de 2005 a 2015, por raça/cor⁷ e sexo.

População e Taxas de mortalidade em Santa Cruz de Cabrália, no período de 2005 a 2015									
População do sexo masculino									
Grupo de idade	Homens Indígenas	Óbitos de Homens indígenas	Taxa de mortalidade (em 10 mil) dos Homens indígenas	Homens Negros	Óbitos de Homens Negros	Taxa de mortalidade (em 10 mil) dos Homens Negros	Homens Brancos	Óbitos dos Homens Brancos	Taxa de mortalidade (em 10 mil) dos Homens Brancos
15 a 19 anos	229	1	43,7	792	37	467,2	194	2	103,1
20 a 29 anos	342	7	204,7	1551	82	528,7	364	5	137,4
30 a 39 anos	236	3	127,1	1184	43	363,2	394	3	76,1
Total	807	11	136,3	3527	162	459,3	952	10	105,0
População do sexo feminino									
Grupo de idade	Mulheres Indígenas	Óbitos de Mulheres indígenas	Taxa de mortalidade (em 10 mil) das mulheres indígenas	Mulheres Negras	Óbitos de Mulheres Negras	Taxa de mortalidade (em 10 mil) das mulheres Negras	Mulheres Brancas	Óbitos das Mulheres Brancas	Taxa de mortalidade (em 10 mil) das mulheres Brancas
15 a 19 anos	205	0	0,0	814	4	49,1	174	0	0,0
20 a 29 anos	356	2	56,2	1505	9	59,8	405	1	24,7
30 a 39 anos	258	0	0,0	1153	8	69,4	381	1	26,2
Total	819	2	24,4	3472	21	60,5	960	2	20,8

Fonte:

Dados de população referentes ao ano de 2010, obtidos no site do IBGE

Dados de óbitos em MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, referentes ao período de 2005 a 2015

Taxas calculadas pela pesquisadora

A Tabela 3 foi construída por mim a partir dos dados do Datasus e do IBGE, no período de 2005 a 2015. Para isso, separei por sexo, grupo etário e por taxa de Mortalidade.

Para a população masculina indígena, os dados mostram oito óbitos somando os óbitos das faixas etárias de 15 a 19 anos e de 20 a 29 anos, no período. Para a população masculina negra, nessas mesmas faixas etárias, os dados somam 119 óbitos, no período; e,

⁷ Usei aqui a terminologia usada nos dados do IBGE.

para a população masculina branca, os dados já nos mostram 7 óbitos, também somando essas mesmas faixas etárias.

Quando se analisa a população feminina utilizando as mesmas faixas etárias que formam o grupo de pessoas de 15 a 29 anos, percebe-se uma grande diferença na quantidade de óbitos em relação à população masculina da mesma idade e do mesmo grupo de raça/cor.

Para a população indígena nessa faixa de 15 a 29 anos, são apenas 2 óbitos no período, diferente da população masculina indígena dessa mesma faixa, em que segundo os dados ocorreram 8 óbitos.

Para a população feminina negra temos 13 óbitos, comparando com a população masculina negra na mesma faixa, em que ocorreram 119 óbitos. Percebe-se uma diferença ainda muito maior, quando se comparam o número de mortes do sexo masculino e do sexo feminino na população negra do que na população indígena na mesma faixa etária de 15 a 29 anos.

Já para a população feminina branca, os dados mostram 1 óbito na população feminina de 15 a 29 anos no período de 2005 a 2015, diferente dos dados mostrados para a população masculina branca nessa mesma faixa etária e período, em que ocorreram 7 óbitos.

Fazendo essa análise é possível perceber que, nessa faixa etária de 15 a 29 anos, correspondente à vida jovem, morrem muito mais homens do que mulheres em Santa Cruz Cabrália, para todos os grupos de raça/cor, sendo que a diferença é mais gritante no caso da população negra. Os dados de Santa Cruz Cabrália, nesse sentido, não são muito diferentes dos dados para a população brasileira jovem.

Na comparação entre homens e mulheres de um mesmo grupo de raça/cor, numa mesma faixa etária e no mesmo período, é possível fazer a comparação usando números absolutos, pois os totais da população masculina e feminina são muito parecidos.

Tabela 4: População de Santa Cruz Cabrália, na faixa etária de 15 a 29 anos, em 2010, por sexo e raça/cor

População	Indígenas	Negros	Branços
Homens	571	2343	558
Mulheres	561	2319	579

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Tabela 3

Porém, se queremos comparar os dados de um grupo de raça/cor com outro, não podemos usar os dados absolutos, pois o tamanho das populações é muito diferente.

Por isso, calculei as taxas de mortalidade por 10mil habitantes, de modo que eu tivesse um parâmetro para comparações entre as populações indígena, negra e branca.

A análise dessas taxas mostra que a mortalidade indígena, assim como nos outros grupos, é maior na faixa de 20 a 29 anos do que na faixa entre 15 a 19 anos, para ambos os sexos, embora sempre maiores para os homens.

Olhando para a população masculina, na qual o número de óbitos é muito elevado para uma população tão jovem, vemos que as taxas para a população negra são sempre muito maiores do que para as populações indígena e branca.

Entretanto, na faixa de 15 a 19 anos, a taxa de mortalidade de adolescentes negros é mais de 10 vezes maior do que a taxa de mortalidade de adolescentes indígenas. Porém, para a faixa de 20 a 29 anos, a diferença fica menor, sendo que a taxa de mortalidade de jovens indígenas do sexo masculino corresponde a mais do que um terço da taxa de mortalidade de jovens negros do sexo masculino.

Isso mostra que, comparando a taxa de mortalidade dos jovens do sexo masculino com a taxa de mortalidade dos adolescentes do sexo masculino, é na população indígena que a taxa de mortalidade mais cresce quando os adolescentes se tornam jovens.

Isso que os números contam quando fazemos as comparações não passa despercebido da população, mesmo que nem todos façam as análises estatísticas.

A sensação da violência e de como isso influencia a vida das pessoas e da aldeia, isso, os números não conseguem contar...

Por isso, senti que, para escrever este Percurso, eu precisaria mais do que analisar dados, ouvir outras narrativas.

Capítulo VIII: Outras Narrativas sobre a violência e sobre a morte de jovens indígenas: Os relatórios do CIMI

O Conselho Indigenista Missionário - CIMI, que foi criado com o objetivo de lutar pelos direitos e pelo respeito às diferenças culturais dos povos indígenas, também organiza e disponibiliza dados em seus relatórios, produzidos para analisar e denunciar as condições de vida dos povos indígenas. Esses relatórios ficam disponíveis na página eletrônica do CIMI (<http://www.CIMI.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>)

Neste estudo, foram utilizados os relatórios dos anos de 2006 a 2016 que foram aqueles a que eu tive acesso e que falavam mais especificamente sobre a questão da mortalidade e da violência em Coroa Vermelha.

Em cada relatório, procurei a seção que se referia aos casos de assassinatos de indígenas (que sempre se encontram no capítulo do relatório dedicado à Violência contra a pessoa⁸ praticada por particulares e agentes do poder), anotei o número de casos de assassinatos de indígenas no Brasil e na Bahia, identifiquei na descrição dos casos de assassinatos contra indígenas na Bahia aqueles que haviam ocorrido na Aldeia Coroa Vermelha e li as descrições de todos esses casos da minha aldeia.

Foi com esses procedimentos que pude construir a tabela a seguir:

⁸ 2009- Os outros capítulos dos relatórios se referem a: Capítulo I- Violência contra o Patrimônio; Capítulo III – Violências provocadas por omissão do poder público; Capítulo IV – Violência contra povos indígenas isolados e de pouco contato. 2011- Capítulo III – Violências provocadas por omissão do poder público; Capítulo IV – Violência contra povos indígenas isolados e de pouco contato, Capítulo V – Crônicas de Violência - Povos vitimados pela ditadura.

Tabela 5: Casos de Assassinatos de Indígenas, conforme relatórios do CIMI

Ano	Assassinato de Indígenas no Brasil	Assassinato de Indígena na Bahia	Assassinato de Indígenas em Coroa Vermelha	Vinculação ao Tráfico de Drogas, segundo a Descrição do relatório
2006	56	5	-	-
2007	92	5	-	-
2008	60	-	-	-
2009	60	7	5	3
2010	60	2	-	-
2011	51	5	1	-
2012	60	4	-	-
2013	53	4	-	-
2014	138	11	-	-
2015	137	5	-	-
2016	118	-	-	-
Total=	887	38	6	3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos relatórios do CIMI de 2006 a 2016

A leitura da descrição dos casos de assassinatos de indígenas que constam nos relatórios do CIMI confirmou a hipótese de que muitos jovens indígenas foram mortos por policiais e por traficantes. Os relatos, várias vezes mencionam ou sugerem que as vítimas estavam envolvidas com algum ato ilícito, por isso registrei essa menção na tabela que elaborei.

Reproduzo abaixo as descrições dos casos de assassinato de indígenas da Aldeia Coroa Vermelha. Dos 6 casos notificados nos relatórios do CIMI, todos de jovens do sexo masculino, 5 ocorreram em 2009 e 1 em 2011.

JUNHO/2009 VÍTIMA: Agnaldo Brito do Espírito Santo POVO: PATAXÓ TERRA INDÍGENA: COROA VERMELHA MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRALIA LOCAL DA OCORRÊNCIA: Sta.Cruz Cabralia DESCRIÇÃO: A vítima estava presa na Delegacia e tentou fugir. Segundo o delegado, o indígena reagiu ao ser abordado na recepção pelo agente policial e este acabou disparando um tiro que matou o indígena. Conforme informações do delegado, mesmo sendo o indígena portador de deficiência mental ele estava preso em uma cela comum junto com outros detentos. O indígena estava preso há mais de um ano. MEIO EMPREGADO: Arma de fogo FONTE: A Tarde/BA, 5/06/2009; 05/08/2009

27/09/2009 VÍTIMA: Silvio Santos POVO: PATAXÓ TERRA INDÍGENA: COROA VERMELHA MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRALIA LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tauá DESCRIÇÃO: Dois homens encapuzados tiraram o indígena de casa, colocaram no porta-malas de um carro e o executaram. Segundo o cacique Aruã, de Coroa Vermelha, a comunidade procura preservar sua cultura mas a proximidade com não índios leva ao problema do consumo de drogas. MEIO EMPREGADO: Arma de fogo FONTE: A Tarde/BA 29/09/2009 e 1/10/2009; Correio da Bahia, 29/09/2009

24/09/2009 VÍTIMA: W. POVO: PATAXÓ TERRA INDÍGENA: COROA VERMELHA MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRALIA LOCAL DA OCORRÊNCIA: Alto do Mundaí - Porto Seguro DESCRIÇÃO: O adolescente estava desaparecido há alguns dias. Encontraram o corpo em Alto do Mundaí, bairro de Porto Seguro. Segundo o cacique, a comunidade procura preservar sua cultura mas a proximidade com não índios leva ao problema do consumo de drogas. MEIO EMPREGADO: Arma branca FONTE: Correio da Bahia, 29/09/2009; A Tarde/BA, 29/09/2009 e 1/10/2009

11/07/2009 VÍTIMA: Indígena POVO: PATAXÓ TERRA INDÍGENA: COROA VERMELHA MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRALIA LOCAL DA OCORRÊNCIA: Itamaraju/BA DESCRIÇÃO: A vítima foi assassinada num assalto à mão armada, na cidade de Itamarajú onde trabalhava para sustentar a família. MEIO EMPREGADO: Arma de fogo FONTE: Lideranças indígenas, 27/07/2009

27/09/2009 VÍTIMA: L.V.S. POVO: PATAXÓ TERRA INDÍGENA: COROA VERMELHA MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRALIA LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Coroa Vermelha DESCRIÇÃO: Conforme informações do cacique Aruã, da aldeia Coroa Vermelha, dois homens encapuzados tiraram o indígena de casa, colocaram no porta-malas de um carro e o executaram. Ainda segundo o cacique, a comunidade procura preservar sua cultura, mas a proximidade com não índios leva ao problema do consumo de drogas. MEIO EMPREGADO: Arma de fogo FONTE: A Tarde/BA, 29/09/2009 e 1/10/2009

Quero comentar que o que encontrei nos relatórios do CIMI são denúncias que chamam a atenção para a alta incidência de mortes violentas, mas que se reportam aos registros das ocorrências policiais. A intenção parece ser de fazer uma denúncia que sensibilize os poderes públicos para as demandas de ação política e social para enfrentar a questão da violência. Porém a comunidade em questão relata fatos totalmente diferentes do que os registros de ocorrências afirmam. Por isso, achei importante entrevistar pessoas da comunidade.

De fato, a leitura e a análise dos dados do DATASUS e do SIASI, e também dos relatórios do CIMI não foi suficiente para falar do que mais me intriga: que é o que significa a morte desses jovens. No momento não está em questão o fato de eles serem ou não do mundo do crime. Eles são seres humanos que têm famílias e, muitas vezes, as mortes ficam como se nada tivesse acontecido.

Capítulo IX: Outras Narrativas sobre a violência e sobre a morte de jovens indígenas: As entrevistas com membros da comunidade

Os dados estatísticos das bases do DATASUS, do SIASI, do IBGE, e dos relatórios do CIMI, mesmo considerando que eles podem ter problemas de metodologia, de atualização ou de subnotificação, dizem muito sobre a questão da violência e da morte de pessoas jovens na Aldeia Indígena Pataxó Coroa Vermelha. Mas não dizem tudo.

Eles nem sempre narram como a comunidade conhece os fatos, seja porque os números (as estatísticas) não dão detalhes mais específicos, ou porque quem organiza esses dados não se sentem sensibilizados com a dor daquelas famílias, seja porque as fontes nem sempre veem o ocorrido como nós vemos, pois não perdemos um traficante, perdemos mais um jovem e com isso o nosso povo vai enfraquecendo e os nossos anciãos estão morrendo e quem vai assumir o lugar do ancião se os jovens estão morrendo primeiro?

Por isso, avaliamos que era necessário ouvir a comunidade sobre a questão da violência e da morte de jovens indígenas na Aldeia Pataxó Coroa Vermelha, para entendermos de fato o que aconteceu.

Para isso realizei três entrevistas com: Aruã Pataxó, Sirlene Cau Lopes e Vilma Matos que, por serem naquela ocasião Cacique, Enfermeira e Diretora respectivamente, conheciam bem os fatos, os sentimentos, as repercussões para a comunidade o que os deixavam bem vulneráveis a qualquer situação.

O cacique é aquele que mais sofre perseguição dentro da comunidade, pelo fato de que é ele quem toma muitas decisões, sejam elas, coletivas e/ou individuais em prol da comunidade. Por isso resolvi entrevistá-lo, pois a sua história de vida como Cacique na Aldeia Coroa Vermelha não tem sido fácil, devido aos enfrentamentos dentro da comunidade contra o aumento da criminalidade.

O posto de saúde, além de ser responsável pelos registros e a notificação de ocorrência de nascimento e morte, e pelos agendamentos de consultas, é também o local que acolhe e acompanha a vida das pessoas da comunidade. As equipes do Posto estão ali o tempo todo dando assistência às famílias que perderam um membro. Por isso, a enfermeira também foi incluída entre as pessoas que resolvi entrevistar, pois ela é um grande exemplo de pessoa dentro da comunidade: foi para Salvador e fez faculdade de enfermagem, se formou e hoje trabalha no Posto de Saúde indígena da Aldeia Coroa Vermelha, no qual se doa o tempo todo para a comunidade, sem medir esforços.

Porém, se de fato você quer saber o que acontece na Aldeia, procure a escola, pois é lá que parte da comunidade está através dos professores, serviçais, porteiros, estudantes, mães, pais, tios, primos. Por isso entrevistei a diretora. Infelizmente, muitos jovens indígenas que estão na criminalidade estudaram lá. Eles devem ter ouvido conselhos dos professores na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, mas tomaram outros rumos sem volta.

Aos três entrevistados propus as seguintes perguntas:

- 1) Existe um problema de violência em nossa Aldeia. Por quê?
- 2) Na sua visão, quando iniciou o aumento de casos de violência na aldeia?
- 3) Quais foram os fatores que influenciaram no crescimento da violência na comunidade?
- 4) Quais foram os impactos que essas violências causaram e ainda causam na Aldeia? Como isso afeta a sua vida pessoal?
- 5) Houve alguma estratégia para minimizar essas violências na comunidade?
- 6) Você percebe que houve algum impacto no aspecto cultural da comunidade?

Devido às condições de agendamento de horários com os entrevistados e de menor ou maior facilidade de acesso a eles, a primeira entrevista que realizei foi com a enfermeira Sirlene Cau Lopes. Após um rápido encontro para eu explicar do que se tratava, a entrevista prosseguiu via whatsapp. Primeiro eu enviei todas as perguntas em mensagens de texto. Algumas respostas vieram por mensagem de texto e outras por mensagem de áudio.

A segunda entrevista foi com o cacique Aruã, presencialmente, numa audiência que tive que agendar previamente.

A terceira entrevista foi feita com a Diretora Vilma Matos, e todo o contato foi via whatsapp, pois ela não se encontrava na Aldeia naquele período.

Entrevista com a Enfermeira Sirlene Cau

No dia 09 de dezembro de 2017, realizei uma entrevista com a enfermeira Sirlene Cau Lopes, pertencente a etnia do povo Pataxó na Aldeia Coroa Vermelha em Santa Cruz Cabrália, Bahia. Logo no início, apresentei meu tema e o porquê de entrevistá-la: conhecer um pouco da sua rotina de trabalho, das dificuldades enfrentadas no trabalho como enfermeira na aldeia e como ela veria a questão da violência na aldeia. Apresentei o meu tema de percurso que estava relacionado com a morte de jovens na população indígena da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha. Também expliquei que o objetivo era obter informações das pessoas que residem e trabalham na Aldeia Coroa Vermelha e que convivem frequentemente com a violência.

Como ela estava em seu horário de trabalho, combinamos que eu lhe enviaria as perguntas via whatsapp, por escrito e ela me respondeu, também por whatsapp, sendo que as respostas das perguntas segunda, terceira, e quarta foram postadas por escrito e as outras em gravações de áudio. A duração total das gravações de suas respostas em áudio foi de 7 minutos 25 segundos. À medida que ela postava as respostas, eu também postava algumas mensagens, prestando maiores esclarecimentos sobre a intenção da pergunta ou solicitando mais alguma informação.

Entretanto, quando eu fiz toda a transcrição da entrevista, a enfermeira Sirlene pediu para fazer umas alterações. Aproveitei para conversar melhor com a mesma sobre a intenção e o propósito da minha entrevista. Na primeira entrevista ela falava mais como moradora da Aldeia Pataxó de Coroa Vermelha e não como enfermeira do posto de saúde. Aproveitei para pedir que em suas alterações, falasse mais como enfermeira pertencente àquela aldeia e que me contasse sobre o cotidiano do seu local de trabalho e de que forma essas mortes violentas atingem o Posto de Saúde e toda a equipe.

Apresento a seguir alguns trechos da entrevista acrescentando alguns comentários para auxiliar o acompanhamento das respostas dadas pela entrevistada.

Perguntei para a enfermeira Sirlene Cau, quais foram os fatores que influenciaram no crescimento da violência na comunidade indígena da Aldeia Pataxó de Coroa Vermelha. Ela respondeu contextualizando os aspectos que contribuem para o início e o aumento dos índices de violência na comunidade. Segundo Sirlene, eles são motivados pelas disputas dos grupos rivais envolvidos no tráfico de drogas, além da própria localização geográfica da Aldeia, pois se trata de uma comunidade urbana cercada por influências de uma sociedade não indígena.

Sirlene Cau: Primeiramente, o fato de morarmos em uma área urbana, na qual tende a ter acesso facilitado de diversas pessoas e em circunstâncias diferentes, facilitando o livre acesso às drogas. Depois, pela condição de vida de algumas famílias: muitos jovens veem no tráfico uma forma de dinheiro fácil e de status; quem tem uma arma, por exemplo, tem o poder e por isso causa o aumento de possibilidades e interesses dos mais jovens de ingressarem nesse meio. Pela inserção de facções diferentes na Aldeia, causam brigas por territórios entre eles. Muitos são até parentes, porém por pertencerem a facções contrárias, causam conflitos entre famílias.

Quando questionada acerca dos impactos trazidos pela violência, Sirlene Cau faz uma reflexão de um período em que, na comunidade, as pessoas tinham hábitos diferentes de hoje. Quando os membros da comunidade podiam transitar livremente, as crianças brincavam na rua, ou até mesmo uma simples visita a uma amiga ou a um amigo. A pergunta foi feita no sentido de a entrevistada refletir sobre os impactos na área profissional e também pessoal. Na vida profissional, na condição de uma profissional na área da saúde indígena; e na vida pessoal, na condição de membro da comunidade: esses dois aspectos refletem os pontos de vista de uma única pessoa.

Infelizmente, toda essa situação impacta muito na vida pessoal de toda comunidade. Diante da resposta da entrevistada, nota-se um sentimento de tristeza, pois esses momentos que ela cita retratam muito a realidade na qual vivemos.

Sirlene Cau: Diversos impactos, desde a convivência em comunidade, com mudanças na cultura da Aldeia, como também entre as próprias famílias. Por exemplo, hoje já não podemos ficar até mais tarde fora de casa, fomos obrigados a colocar muros em nossas casas, o que distancia as pessoas e impede que possamos conviver com mais tranquilidade na Aldeia. Antigamente tínhamos o hábito de irmos à praia no final de semana, de irmos à casa de colegas para conversarmos ou até mesmo jogar bola. Hoje em dia não fazemos mais isso, temos medo de fazermos essas atividades que eram rotineiras em nossa comunidade. Com isso, ficamos mais em casa, nossos filhos não têm a oportunidade de ir na casa dos coleguinhas para brincar, não podem mais brincar na rua. Estamos vivendo mais presos do que livres.

Diante disso, vejo uma angústia quando ela retrata o medo no qual a comunidade ainda vive, devido a não ter a liberdade de estar em algum local com a família ou em uma reunião em segurança.

Sirlene Cau: Isso também tem um impacto na vida pessoal de cada um da comunidade. Mesmo aquelas pessoas que não são envolvidas com o tráfico são obrigadas a viverem presas em suas casas por medo de, por acaso, estarem em um lugar e acontecer algum tipo de situação inesperada, mesmo que não seja envolvido, podendo ser atingido por bala perdida, como a gente já teve casos aqui na comunidade.

Segundo a enfermeira Sirlene, a violência afeta também no aspecto cultural do Povo Pataxó da Aldeia Coroa Vermelha, no que se diz respeito às atividades como formaturas, jogos indígenas na escola pois, em eventos que reúnem grande número de pessoas, sempre podemos esperar por alguma situação desagradável. Isso faz com que a comunidade sintam-se sem liberdade, sem tranquilidade e sem rotina, o que traz bastante desconforto para todos da Aldeia.

Sirlene Cau: Em relação ao aspecto cultural da comunidade afetou bastante. Não temos mais a liberdade de fazermos as nossas danças nos locais que fazíamos antes. Antes era rotina você ver um grupo de jovens dançando, no campo de futebol, perto cruzeiro e no museu indígena.

A entrevistada ainda relata que essas violências ocorridas na aldeia dificultaram a realização das atividades dos jogos indígenas que aconteciam anualmente na aldeia, e também outras atividades que eram feitas dentro da comunidade. As aulas de Patxohã foram interrompidas, pois, muitas vezes as pessoas não podiam ir à casa de um colega ou parente estudar, pois estavam proibidos de sair de casa por causa dos confrontos entre os grupos rivais.

Sirlene Cau: Os jogos indígenas que era uma atividade realizada anualmente na aldeia já não acontecem mais, por causa da violência. Já não podemos exercer as atividades que fazíamos antes. Até mesmo aquele costume de estarmos na casa de um colega ou de um parente estudando o Patxohã, isso já não acontece mais, porque estamos ficando mais em casa devido a essa situação.

Sirlene destaca que até a escola também deixou de fazer algumas atividades, tanto na parte cultural quanto na parte das atividades escolares, como a formatura, que teve que mudar para o período da manhã ou da tarde, pois, quando acontece esse tipo de atividades da aldeia dentro da escola, não entram ali somente os estudantes da escola. O fato de ser um evento aberto para a comunidade possibilita a entrada de outros jovens de outros grupos rivais causando assim desavenças e insegurança para todos.

Sirlene Cau: *Em relação à escola, os rituais que faziam e algumas atividades como o luau, noite cultural ou a formatura dos alunos, tiveram que ser adaptadas para outro horário, para não poder ficar até mais tarde na escola. Esses casos de violência mudam toda a rotina da população, seja ela na questão cultural, seja ela na vida pessoal. Então isso muda totalmente a rotina que a comunidade tinha antes do tráfico adentrar na nossa aldeia.*

Outra problemática enfrentada é a situação de membros da comunidade que moram em locais de maiores riscos, e que precisam estudar a noite, pois são estudantes que trabalham durante o dia. Como transitar à noite é uma situação de risco, alguns desses desistem até de estudar. Esse fato contribui para os aspectos negativos, para a perda de direitos básicos à educação escolar, agravados pela ausência de políticas de segurança pública na aldeia e região.

Sirlene Cau: *Têm pessoas que trabalham durante o dia e vêm a possibilidade de estudar a noite. Porém, muitas vezes não podem porque moram em locais diferentes, ou seja, quem mora no cruzeiro muitas vezes não podem ter acesso à escola por causa dessa rivalidade entre as facções e também por medo. Tem gente que não sai de casa a noite porque há a possibilidade de ter tiroteio, essas brigas que acontecem entre eles, e aí muitas pessoas não saem de casa neste horário.*

A fala de Sirlene nos mostra como o medo da violência se refletiu na rotina da comunidade, pois, como ela comenta em seguida, até os profissionais de saúde tiveram que mudar seus horários de atendimento, devido ao grande índice de violência, dificultando o trabalho da equipe de saúde. Além disso, muitas vezes chegavam ao posto pessoas baleadas e a equipe tinha que atender, pois elas não queriam ser encaminhadas para o hospital por medo de ficarem presas, até porque a delegacia fica ao lado do hospital.

Sirlene Cau: *Essas situações refletem de forma negativa até mesmo no bem estar da saúde dessa população, pois os profissionais de saúde, muitas vezes não podem transitar por locais ou horários determinados, devido à falta de segurança. O posto de saúde teve que mudar o horário de atendimento devido o crescente caso de brigas e disparo de armas no período da tarde. Já chegamos a atender pacientes baleados, porque os mesmos não podem ir até o hospital por ser ao lado da delegacia.*

Outra problemática que requer atenção da equipe médica é o fato de esses jovens envolvidos no tráfico fazerem exigências em relação às condições em que querem ser atendidos ou de se recusarem a participar das campanhas de vacinação, dos levantamentos de informações de saúde, ou mesmo das consultas regulares ou da realização de exames básicos, como de sangue.

Sirlene Cau: Já tivemos funcionários ameaçados por não atender pacientes envolvidos no tráfico da forma que ele queria que fosse atendido. Outra situação causada pelo difícil acesso a esses pacientes é o risco de disseminação de doenças infecto contagiosas: muitos não aceitam a vacinação ou até mesmo realização de exames para detectar determinadas doenças, o que põe em risco a saúde de toda a população. Mesmo com a constante orientação por parte dos profissionais e a realização de busca ativa destes pacientes, muitos ainda não aceitam o cuidado que ofertamos.

Quando perguntada sobre as estratégias que foram usadas para tentar minimizar a violência, Sirlene mencionou modos de enfrentamento sobre os quais o cacique Aruã também comentará com mais detalhes em sua entrevista. É preciso esclarecer que, antigamente, não se faziam prisões de pessoas indígenas. Caso cometessem algum delito, essas pessoas ficavam reclusas na própria aldeia. Na compreensão da entrevistada, a permissão de a Polícia Federal realizar algumas prisões já foi uma estratégia que a comunidade se viu obrigada a adotar para minimizar a violência

Sirlene Cau: A primeira estratégia foi a permissão da Polícia Federal fazer a busca das pessoas envolvidas no tráfico, porque por se tratar de indígenas os familiares também acabavam meio que “abafando o caso”, o que tende a piorar mais a situação. Mas quando se permitiu a entrada da polícia na área, muitos foram presos. Essa estratégia minimizou os danos.

Mas Sirlene destaca o papel dos projetos sociais e da ação educativa da escola como alternativas para que os jovens não se envolvam no tráfico.

Sirlene Cau: Alguns projetos sociais também que tem sido desenvolvido na aldeia envolvendo jovens e adolescentes permitem que eles tenham alternativas positivas para que os mesmos não se envolvam com o tráfico. E a escola também é um local onde tem influenciado bastante na redução de danos para com esses jovens, através dos relatos dos professores sobre a importância de seguirem um caminho correto, de envolverem os estudantes em atividades produtivas, de incentivarem a se capacitarem e terem uma profissão que possa melhorar a condição de vida desses adolescentes.

Este é um aspecto destacado pela entrevistada como alternativa para o enfrentamento do problema da violência na aldeia: a participação da escola indígena nesse processo de promover aos jovens caminhos diferentes a partir da Educação Escolar Indígena, possibilitando oportunidades de refletir o cenário de violência vivido em nossa aldeia. Nesse sentido, a escola indígena é considerada pela entrevistada como uma ferramenta importantíssima no enfrentamento dessas problemáticas relacionadas à violência.

Para Sirlene, todas essas ferramentas não foram ainda suficientes para diminuir significativamente o número de jovens ingressados nos atos ilícitos. A enfermeira admite, porém, que tivemos alguns progressos, e, portanto, avalia que “*essas estratégias têm dado certo*”.

Sirlene Cau: Entendo que essas ações até hoje não foram suficientes para reduzirmos ao máximo o número de pessoas envolvidas no crime, porém, se compararmos com o que era antes, observamos alguns avanços. Então acho que essas estratégias têm dado certo.

No dia 06 de maio de 2018, às 19:44h da noite, fiz novo contato via whatsApp com a enfermeira Sirlene Cau buscando mais informações sobre os reflexos e as ações de enfrentamento da violência especificamente no campo da saúde. Nesta segunda parte da entrevista, a primeira resposta foi dada por Sirlene por meio de uma gravação em áudio, com duração de 4 minutos e 02 segundos e as demais por mensagem de texto.

A primeira pergunta foi feita para a enfermeira Sirlene contar sobre a “extensão do posto de saúde”. Trata-se da abertura de um espaço para o atendimento da população no bairro do Cruzeiro. Isso porque o posto de saúde funciona no bairro Carajá e, por causa da rivalidade entre facções, várias vezes os funcionários do posto foram impedidos de atender moradores do bairro Cruzeiro.

Esse fato mostra bem esse cenário em que vive a comunidade e me chama a atenção. A necessidade da Unidade de Saúde Indígena na aldeia, começar a criar um espaço (extensão da unidade) para melhor atender a comunidade, deslocando, uma equipe básica para realizar procedimentos acerca de pacientes hipertensos e diabéticos, assim como os idosos vem quando os moradores da aldeia das proximidades da praça do Cruzeiro começam a se sentir inseguros para se deslocarem para a área central da aldeia, onde se localizam os escritórios de atendimento a comunidade, o posto de saúde e a escola indígena municipal e estadual (essa área está localizada as margens da BR 367 e no início do Bairro Carajá), devido ao fato de morarem em uma área que é de domínio de uma facção para irem a outra com outro comando, ou ainda por serem parentes de jovens envolvidos. Essa agravante situação

preocupou a equipe de saúde da aldeia, que começou a pensar de que forma poderiam continuar a promover a saúde indígena a todos da comunidade sem risco algum.

Sirlene Cau: Na verdade a gente tentou fazer um outro posto de saúde lá do outro lado na minha área porque muitos pacientes alegavam que não vinham até o posto de saúde por causa dessa questão da rivalidade das facções, e realmente existe.

Na tentativa de colocar em prática a ideia da extensão do posto de saúde, começou então a busca por um local onde fosse possível atender a população daquela área. A enfermeira Sirlene Cau buscou apoio na Administração do Parque Indígena (centro comercial, passarela indígena), e a administração conseguiu uma sala pequena, que de imediato possibilitou o atendimento preferencial aos idosos, hipertensos e diabéticos. Esse trabalho tinha a seguinte dinâmica: a equipe levava os medicamentos, realizava as triagens e o médico fazia o atendimento aos pacientes. Depois a equipe começou a estender os atendimentos aos demais moradores.

Perguntei ainda a enfermeira Sirlene, diante desse cenário de violência, na época mais agravado, qual tinha sido a orientação que a SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena – e as Lideranças passaram no sentido de como lidar com essa situação.

Sirlene Cau: A única coisa que nos orientaram foi fechar o posto mais cedo. Antes trabalhávamos até às 17h, agora ficamos até às 16h, só isso. Também teve alguns agentes que relatavam que a área era muito perigosa, que tinha tiroteio. Aí eles foram orientados a não entrar em área neste período, ou entravam quando sentiam segurança.

Entrevista com o Cacique Aruã

Como disse anteriormente, para dar subsídio ao meu trabalho de pesquisa, fiz entrevista com membros da comunidade que têm sentido os efeitos da violência no convívio diário da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha. São pessoas que convivem diariamente em lugares com grande fluxo de membros da Aldeia (Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, Posto de Saúde Indígena e o escritório de atendimento comunitário).

No dia 17 de novembro de 2017, realizei uma entrevista com o Cacique Aruã Pataxó (Gerdion Santos do Nascimento) da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha em Santa Cruz Cabralia, Bahia. Informei sobre o meu tema e o meu interesse em entrevistá-lo por saber do seu empenho no combate à violência na Aldeia. Iniciamos nossa conversa de maneira bem informal. Mas apresentei ao cacique os argumentos para defender a importância do tema do meu Percurso para o nosso Povo.

A Aldeia Pataxó Coroa Vermelha dispõe de vários espaços administrativos de suas instituições e organizações. Foi em um deles, no escritório do Cacique Aruã Pataxó, que foi realizada a minha entrevista. Devido à sua agenda de atendimento comunitário, para poder entrevistá-lo, tive que agendar um horário. A entrevista ocorreu no escritório a pedido do cacique, que fez questão de ler as perguntas antes de respondê-las. Em seguida, o cacique começou contando um pouco da sua trajetória indígena e como ele chegou ao cargo de cacique.

Cacique Aruã: “Sou natural lá do município de Prado, Território Barra Velha e percorri desde Barra Velha, Corumbalzinho, Boca da Mata, e vindo aqui para Coroa Vermelha. Com o objetivo da nossa família aqui foi essa questão da exploração do artesanato indígena. Nós já estamos aqui há 33 anos. E sobre a referência de lideranças indígenas aqui, a família já vem na questão de liderança já um bom tempo. Meu avô Remungã Pataxó foi liderança lá na Aldeia Boca da Mata, vice-cacique, conselheiro, e de lá pra cá, posteriormente, com sua experiência e idade, pajé aqui da Aldeia Coroa Vermelha. Com isso vamos ver a questão do sangue de liderança. Eu mesmo nunca quis ser cacique, alguma coisa... Sempre gostei de contribuir na luta nesse apoio às lideranças, sempre apoiei documentalmente o cacique anterior, Karajá, Ailton Alves dos Santos, no qual eu o sucedi. A minha formação é técnica em nível médio em administração. Superior em administração, a minha formação acadêmica. Atualmente eu estou cacique da Aldeia Coroa Vermelha”.

Na entrevista, o cacique Aruã demonstra uma grande preocupação com a administração da aldeia Pataxó Coroa Vermelha no aspecto da segurança pública e o modelo que ele adotou para administrá-la. Sem que eu tivesse feito outra pergunta, ele prosseguiu:

Cacique Aruã: A nossa forma de organização, desde quando eu entrei, foi da gente trabalhar em algo aonde fossem compartilhados os poderes e a gestão da comunidade a partir de uma sugestão descentralizada, setorial. Por isso foi criado, já tinha quando eu entrei, a associação comunitária. Mas depois foi criada a associação dos pescadores para os próprios pescadores terem a sua própria gestão, encaminhamento das questões; associação de agricultores; a cooperativa de habitação; a cooperativa de artesanato. Em 2000, foi criado o Parque Indígena e que tem uma administração autônoma. Atualmente a gestão é feita a partir de uma associação dos comerciantes do Parque Indígena, e agora a gente está ampliando esses trabalhos para ainda mais setorizar e segmentar os nossos trabalhos comunitários e a gestão que a gente criou.

A forma de organização de cada aldeia Pataxó é diferente, mesmo sendo um mesmo povo, e isso é determinado pelas localizações geográficas (urbana e rural) e pela forma como cada cacique forma seu conselho de lideranças e passa a adotar uma organização interna visando à melhoria da qualidade de vida dos seus membros da comunidade Pataxó. Mas, essa organização não impede que haja nas aldeias violências e outros males que afetam a sociedade em geral.

Segundo o depoimento do Cacique Aruã Pataxó, os acontecimentos da violência vivenciados na Aldeia Coroa Vermelha deixam a comunidade prejudicada devido ao fato de que a imagem indígena passou a ser associada a atividades ilegais.

Abaixo seguem trechos da transcrição da entrevista com o Cacique Aruã em que ele destaca a situação que encontrou ao assumir a função de cacique e as primeiras medidas tomadas para tentar amenizar o problema da violência.

Cacique Aruã: E no caso em questão que é a violência na terra indígena Coroa Vermelha, quando entrei na função de cacique aqui em Coroa, nós tínhamos cerca de 5 ou 6 furtos por dia, porque como estamos em um local turístico, onde a explosão do turismo é grande, a visitação é grande, isso facilita a possibilidade de ter esse tipo de caso na comunidade. E nós fizemos primeiro um trabalho de conscientização interna da aldeia, de várias reuniões pra discutir esse assunto. Houve a deliberação da comunidade dizendo o seguinte: que a partir da data no qual nos reunimos, que os indígenas que fizessem os seus atos ilícitos deveriam pagar por eles.

Podemos perceber a preocupação do cacique em reestabelecer o convívio da comunidade e seus membros com aspectos de maior segurança ao Povo Pataxó da Aldeia Coroa Vermelha, tendo como base a participação coletiva da aldeia, nos enfrentamentos e nos encaminhamentos dessas problemáticas aos órgãos competentes. Para o Cacique Aruã, a generalização da fama devido aos atos ilícitos praticados por alguns indígenas, colocava a comunidade em situações delicadas. Pensando em mudar essa realidade, a comunidade tomou um posicionamento em que cada um responderia por seus atos, perante a lei, uma vez que os aconselhamentos por parte das lideranças e das famílias já havia acontecido.

Percebe-se que há uma preocupação do cacique em poder ter um mecanismo onde a punição seja individualizada, de maneira que a comunidade não seja punida por um ato individual, pois segundo o cacique não é justo que um indígena que faça algo errado não seja punido e nesse sentido a comunidade seja prejudicada.

Dos enfrentamentos feitos pelas lideranças e a comunidade, podemos destacar a Guarda Indígena, que, desde a sua criação, possibilitou uma série de intervenções na comunidade, diminuindo as ocorrências de atos ilícitos. A Guarda Indígena tinha uma metodologia de identificar os autores e encaminhá-los ao escritório com seus familiares para uma conversa com as lideranças. No entanto, quando o caso era reincidente, o indígena era encaminhado para a Delegacia Civil.

Importante esclarecer, que até a Constituição Federal de 1988, os indígenas no Brasil viviam sob o regime de tutela pelo estado, conforme estabelecido pela [Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, o Estatuto do Índio](#). O regime de tutela, entretanto, é incompatível com o espírito da Constituição brasileira em vigor, como nos esclarece Lívio Coelho Cavalcanti, em seu artigo *O Fim da Tutela Indígena* (CAVALCANTI, 2014).

Logo, conclui-se que a Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo paradigma político em relação às minorias e, especialmente, em relação aos índios, promoveu o respeito à alteridade, optando pelo modelo preservacionista consubstanciado em um capítulo inteiro dedicado à temática indígena. Essa nova política fulmina toda e qualquer norma que diminua a capacidade do indígena em face dos demais membros da sociedade, consagrando-lhe o exercício pleno da capacidade civil, posteriormente detalhada no art. 8º da Convenção 169 da OIT. Assim, não há que se falar em tutela da pessoa do índio, como elemento limitador da capacidade, mas apenas em tutela do direito do índio, como mecanismo de afirmação dos direitos dessa minoria. A consagração da plena capacidade do índio traduz-se na desnecessidade de intermediação da prática dos atos da vida civil por quem quer que seja, podendo exercer plenamente todos os direitos e, da mesma forma, assumir todas as obrigações correspondentes a seus atos. (s.p.)

O Cacique Aruã explicou assim o processo de criação e o funcionamento da Guarda Indígena:

Cacique Aruã: E foi aí que a primeira iniciativa nossa em 2005, eu assumi em 2004, em 2005, criamos a Guarda Indígena em estatuto. Depois a gente criou o Instituto Guarda Indígena, fizemos a formação de um grupo de pessoal pra poder tá fazendo esse trabalho de monitoramento, fiscalização na terra indígena Coroa Vermelha.

O Cacique Aruã explica, porém, as dificuldades enfrentadas pela comunidade indígena da Aldeia Coroa Vermelha por estar de certa forma vulnerável a todo tipo de violência contra seu modo de vida. O Cacique associa as dificuldades enfrentadas pela comunidade a entrada na aldeia de facções ligadas ao tráfico de drogas.

Na verdade o que facilitou a entrada desses grupos de facções foi justamente o fato de ser uma Terra Indígena. O policiamento só poderia entrar e fazer a ronda se a Funai autorizasse, se a Federal autorizasse e por último se as lideranças autorizassem.

As lideranças não podiam resolver isso sozinhas, daí veio a brecha para esses meliantes adentrarem para a Aldeia Coroa Vermelha e se fixarem lá. A partir daí começaram a surgir os grupos rivais e, mais para frente, esses grupos começaram a ter seus nomes associados a grandes e perigosas facções criminosas do Brasil (MPA, PCC). O fato de ser uma aldeia urbanizada facilitou ainda mais o acesso às drogas.

Cacique Aruã: Só que nesse período já tinha foco em Coroa Vermelha de drogas, tinha três grupos rivais aqui na aldeia dois grupos era do MPA (Mercado do Povo Atitude) o outro do PCC (Primeiro Comando da Capital) e como houve uma ação, também nós [sofremos] na questão de segurança da terra indígena, como a comunidade com a sua fragilidade vamos dizer assim.

Percebe-se que, a disputa pelo tráfico de drogas é uma das principais causas de violência contra os jovens indígenas e isso vem causando maiores preocupações para os líderes que vêem nisso um perigo iminente na comunidade. Antes a maior preocupação era a luta pela terra e hoje se soma a luta contra a violência proveniente do tráfico de drogas. Destaca-se aí uma comunidade que se empenhou em buscar meios para diminuir essa violência, através de audiências públicas, denúncias e realização de cursos para a juventude Pataxó, mas mesmo assim torna-se impossível e desigual o combate que não é só dentro da terra indígena: o tráfico é crescente em todos os lugares.

Segundo o cacique Aruã, os crimes ocorridos na aldeia ou envolvendo seus habitantes, em sua maioria, são frutos de disputa de facções que brigam pelo domínio do

tráfico de drogas e que envolvem jovens indígenas, que, por não terem opção acabam se perdendo dentro do mundo do crime.

Cacique Aruã: Vários crimes violentos na Terra Indígena Coroa Vermelha – já ultrapassam 40 casos de assassinatos dentro da Terra Indígena por arma de fogo – principalmente, em sua maioria tudo em confronto com grupos rivais.

Cabe comentar que outras ocorrências são narradas na aldeia, algumas inclusive com morte, ligadas ao tráfico de entorpecentes, mas não no contexto de disputas de facções: estão associadas a débitos de usuários e acerto de contas em geral.

Por ser o cacique da aldeia e liderar a comunidade nas decisões internas, o cacique Aruã se tornou uma das vítimas, sendo ameaçado por 12 vezes por indivíduos ligados ao tráfico, dentre eles indígenas e não indígenas. Essa situação chegou ao extremo, visto que já não havia mais condições de segurança da permanência do cacique e sua família no território, uma vez que, além de Aruã, seus filhos também passaram a ser ameaçados. Dada a esta situação, Aruã e sua família foram colocados no Programa de Assistência a Vítimas, Testemunhas e Familiares de Vítimas de Crimes da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia em Salvador.

Finalizando, o Cacique Aruã fez uma reflexão acerca do contexto do tráfico e de uso de drogas na comunidade. O Cacique Aruã, pensa que essa realidade impacta nas práticas comunitárias da Aldeia, nos projetos sociais, bem como na formação e no fortalecimento do núcleo familiar, colocando em vulnerabilidade a juventude indígena.

Cacique Aruã: Com certeza essa vivência, esses males externos, quando você traz pessoas de fora ou começa envolver questão do tráfico de drogas e o uso de drogas, isso impacta na ação comunitária nas famílias e da própria aldeia ou da própria comunidade, que a desagregação familiar é alta e também o medo que se traz pras famílias é muito alto. Tem um projeto importante, que nem o projeto da reserva da jaqueira, de fortalecimento cultural e ecoturismo.

Realizada a entrevista, vejo como foi importante a participação do Cacique Aruã Pataxó como entrevistado, enriquecendo o meu percurso acadêmico. A entrevista teve a duração de 31 minutos 24 segundos.

Entrevista com a Diretora Vilma Matos

Vilma Matos foi por mim escolhida como sujeito da minha pesquisa por estar na Direção da Escola num dos momentos mais tensos já vividos em décadas na Comunidade Indígena Pataxó Coroa Vermelha. Além disso, adotei como critério para a escolha dos sujeitos entrevistar o Cacique da Aldeia, por ser um representante maior, e também entrevistar representantes de dois segmentos, no meu entendimento, de maior relevância na Aldeia: Saúde e Educação.

No dia 19 de dezembro iniciamos nossa conversa via whatsapp, quando lhe enviei uma mensagem explicando o tema do meu trabalho e o meu interesse de entrevistá-la. Vilma aceitou participar sem hesitar me enviando uma mensagem nesse sentido. Assim enviei a ela todas as perguntas já apresentadas aqui. Entretanto a Diretora ainda estava trabalhando no fechamento de atas do ano letivo da escola e, por isso, no primeiro momento, não enviou as respostas às perguntas. Quando começou o recesso Escolar, porém, a diretora leu as perguntas e respondeu todas elas me enviando um áudio com duração de 4 minutos e 51 segundos.

Destaco a seguir alguns trechos da entrevista da Diretora Vilma. A entrevistada iniciou falando da realidade da Aldeia anteriormente a essa vivenciada atualmente na Aldeia Coroa Vermelha.

Vilma Matos: A Aldeia coroa Vermelha já foi um lugar muito bom de morar, pois não havia casos de violências, alcoolismo, drogas. Mas, infelizmente, há alguns anos, vem passando por situações complicadas de violência. Percebe-se com o aumento desordenado da população, com o ingresso dos não indígenas dentro da Aldeia...

Segundo Vilma Matos, o período de 2013 e 2014 foi ainda mais tenso e de total insegurança, pois os tiroteios e os assassinatos continuaram. Ainda segundo Vilma, a violência já estava presente há muito tempo na comunidade.

Vilma Matos: Essa violência aumentou muito por causa das facções existentes dentro de Coroa Vermelha, na Aldeia e fora dela, as quais disputavam pelas chamadas bocas de fumo; uma facção querendo invadir o espaço da outra e com isso eles não escolhiam horário para agirem. A todo o momento, havia tiroteio, toque de recolher, causando medo e tristeza a toda comunidade.

A entrevistada reafirma os enfrentamentos realizados pelas lideranças, na busca por intervenção do estado brasileiro, através dos órgãos competentes de Segurança Pública do governo estadual e federal. A atenção dada à nossa região por parte do governo no aspecto da segurança pública também está associada ao evento da Copa do Mundo, visto que, em nossa região, ficaram duas seleções hospedadas. Vilma destacou que, anteriormente, mesmo com vários encaminhamentos feitos aos governos pelas lideranças, não se tinha a atenção necessária para solucionar as problemáticas e assim promover a paz e a segurança pública. O fato de a situação ter tido melhora quando os governos se preocuparam em garantir a segurança mostra que para o enfrentamento das várias problemáticas também falta vontade política.

Vilma Matos: [...] Na época lembro que caciques e lideranças buscavam ajuda do policiamento da região através de uma audiência pública para tratar da segurança para os moradores. Com isso a situação amenizou um pouco. Mas, só em 2014, época da Copa do Mundo⁹, em que a seleção da Alemanha se hospedou aqui em Cabralia, e por conta disso vieram muitos policiais da CAEMA [Companhia de Ações Especiais da Mata Atlântica] os quais realizaram muitas prisões e assassinatos também, é que a situação acalmou e enfim a comunidade indígena pôde ficar mais tranquila.

Mesmo as lideranças buscando ajuda de policiamento através de audiências públicas, para uma maior segurança para o povo da Aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, essa violência ainda causa muitos impactos dentro da comunidade, seja na área da educação, ou na área da saúde e/ou na parte cultural da Aldeia; e porque não dizer também na economia, uma vez que a comercialização de artesanatos e outras atividades ligadas ao turismo são algumas das principais fontes de renda da Aldeia e são prejudicadas com o aumento da violência ou do medo dela. Vilma destacou os impactos da violência na educação, mostrando sua interferência nas práticas pedagógicas escolares, limitando as atividades extraclases, por exemplo.

Vilma Matos: Infelizmente essa violência causou e continua causando muitos impactos dentro das comunidades indígenas na saúde, educação e também na parte cultural, pois muitos eventos voltados à cultura, deixaram de ser realizados. Principalmente a gente da própria escola porque a gente não queria colocar a vida dos alunos e profissionais em risco.

⁹ Refere-se à Copa do Mundo de Futebol realizada no Brasil em 2014

Ao analisar a entrevista de Vilma, fica evidente, no meu entendimento, as influências que a escola sofre por conta do aumento da violência. Ficando a escola centralizada em meio a essa triste realidade narrada e vivenciada pela Diretora da escola, percebemos como seus profissionais e estudantes vivem em um contínuo esforço de fazer várias adaptações no seu dia a dia, buscando a todo custo continuar a promover a educação escolar indígena.

Vilma Matos: [...] Mas tentamos seguir a vida em frente e pedindo, lutando pra que as coisas possam mudar dentro da nossa comunidade. Que a gente possa conseguir buscar projetos que atendam a esses jovens, a essas crianças, a esses adolescentes para que eles possam sair do meio do risco que é tão grande aqui dentro dessa comunidade, principalmente aqui em Coroa Vermelha, por ser uma aldeia urbanizada e, com isso, o risco é bem maior. Mas agora está mais calma e pedimos a Deus que continue assim.

Mesmo com as dificuldades e desafios enfrentados na vida cotidiana, o sentimento de pertencimento e esperança ainda prevalece. Esse sentimento de esperança é evidente na fala da Diretora Vilma, que têm esperança de que dias melhores virão, que as coisas possam mudar dentro da comunidade e que a escola, junto com as lideranças e equipes do posto de saúde, possa buscar projetos que atendam crianças, adolescentes e jovens. E que promovam principalmente na escola uma educação indígena de qualidade.

Capítulo X: Considerações Finais

Este percurso me fez ver muitas coisas que eu não via antes, como: compreender o sentimento da comunidade na perda de jovens; compreender o sentimento de impotência diante dessas violências e diante desse tráfico que chegou como um “furacão” na Aldeia, destruindo “membros de famílias grandes” de “nome de peso” na comunidade indígena Pataxó da nossa aldeia.

Devido à aldeia Pataxó de Coroa Vermelha ser mais exposta à urbanização, esse fator contribuiu para que muitos jovens se aproximassem do grande fluxo de tráfico de drogas que se estabeleceu ali, trazendo assim grandes aflições para as famílias e também aos moradores.

Após todo esse trabalho de percurso, percebo que, de certa forma, tudo que pesquisei me fez compreender o quanto a comunidade perdeu, não somente na parte cultural. Mesmo que os jovens venham sendo aculturados por pessoas que não fazem parte da comunidade indígena, quando se perde um membro da comunidade, especialmente quando é um membro jovem, isso mexe muito com o sentimento de todos, pois isso não é o fluxo natural da vida. Além disso, nas comunidades indígenas, os jovens assumem o cargo de liderança e perder jovens compromete não só o futuro, mas o presente da comunidade.

Outra importante reflexão é pensar quais elementos contribuem para esses conflitos sociais enfrentados na Aldeia Coroa Vermelha. A falta de oportunidade para a população mais jovem, no sentido de capacitações técnicas, esporte, e lazer parece ser um desses elementos. Entendo que são fatores que aparecem quando o estado brasileiro falta com as políticas públicas para as populações mais carentes e em situações de vulnerabilidade. Dada a toda essa situação, temos ainda a formação de novas famílias sem uma estrutura mais segura para se ter filho, ou de ter condições de educá-lo.

Essa situação é muito aflitiva, inclusive para a Educação Indígena, uma vez que todos esses elementos influenciam nas práticas da nossa escola, pois a escola tem que aprender a lidar com todas essas situações de maneira singular a cada caso.

No entanto, é importante ressaltar que há uma tentativa constante das lideranças da aldeia, em fazer enfrentamentos das mais diversas situações de violências e demandas sociais em geral, tentando minimizar os efeitos da ausência do poder público.

Reflico, ainda, que por ser o berço do que costuma ser chamado de “Descobrimento do Brasil”, referindo-se à chegada oficial do colonizador português na costa

brasileira, a região, por sua importância histórica e turística, não deveria ser tão desprezada de ações e de atenções do estado brasileiro. A garantia da segurança e as alternativas sociais e culturais para a população jovem não deveria ser uma preocupação só da comunidade: é obrigação do poder público. A comunidade é, no meu entendimento, vítima da ausência de políticas públicas para os povos indígenas.

Este trabalho contribui para a minha formação acadêmica a partir da minha convivência na Aldeia Coroa Vermelha e do fato de poder falar sobre algo tão preocupante para todos nós indígenas, não só da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha, mas também de outras comunidades Pataxó. Infelizmente esse sentimento de perda envolve as demais comunidades através do vínculo familiar. O que nos deixa preocupados ainda mais é não termos muito o que fazer para evitar essas mortes e muito menos o envolvimento desses jovens no mundo do tráfico.

Mas meu percurso permitiu conhecer e divulgar algumas tentativas das lideranças indígenas, conscientizando a comunidade, e incentivando a participar das reuniões e também palestras, juntos com a comunidade escolar e as equipes que trabalham na área da saúde, tentando criar formas de combater o fluxo de violência e drogas na comunidade pela oferta de alternativas esportivas, educativas e culturais que possam envolver a população jovem na vida comunitária.

Portanto, julgo importante a contribuição da comunidade para a minha formação, pois foi fundamental a participação de membros da comunidade – Liderança, Enfermeira e Diretora – , enriquecendo o meu trabalho acadêmico e ampliando os meus conhecimentos para além do aprendizado de lidar com dados estatísticos.

Conforme o levantamento que fiz com meu colega Kevin e os bolsistas Rafael e Vanessa, este é o primeiro trabalho acadêmico desenvolvido na comunidade sobre esse tema. Por isso, ele contribui também para levar informação sobre esse tema para outras pessoas da comunidade, da escola, para os alunos da UFMG/FIEI e para outros estudantes de graduação e pós-graduação desta universidade e de outras, enfim, para quem tem interesse nas questões indígenas.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, A. M.; et al. Mortality among Guarani Indians in Southeastern and Southern Brazil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 2, p. S222-S236, 2011.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011001400010>

Último acesso em: 17 de maio de 2018

CARDOSO, Juliana de Souza. **Dando com a língua no passado: o ser e não ser marcado em discursos, imagens, objetos e paisagens**. 2008. 220f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CAVALCANTI, Lívio Coelho. **O fim da tutela indígena**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 10 jul. 2014.

Disponível em:

<<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.48979&seo=1>>.

Último acesso em: 27 abr. 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil- Dados 2006- 2007**, Brasília, CIMI, 2006- 2007

Disponível em:

<https://cimi.org.br/pub/publicacoes/1207766536_1%20Relat%20Violencia%20-%202006-2007-%20Abertura%20e%20Cap%20I.pdf>

Último acesso em: 17 de Maio de 2018

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil- Dados 2008**, Brasília, CIMI, 2008

Disponível em:

<https://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1242401186_abertura.pdf>

Último acesso em: 17 de Maio de 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil- Dados 2009**, Brasília, CIMI, 2009

Disponível em:

<https://www.cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2009-Cimi.pdf>

Último acesso em: 17 de Maio de 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil- Dados 2010**, Brasília, CIMI, 2010

Disponível em:

<https://www.cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2010-Cimi.pdf>

Último acesso em: 17 de Maio de 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil- Dados 2011**, Brasília, CIMI, 2011

Disponível em:

<https://www.cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2011-Cimi.pdf>

Último acesso em: 17 de Maio de 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil- Dados 2012**, Brasília, CIMI, 2012

Disponível em:

<https://www.cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2012-Cimi.pdf>

Último acesso em: 17 de Maio de 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil- Dados 2013**, Brasília, CIMI, 2013

Disponível em:

<https://cimi.org.br/pub/RelatorioViolencia_dados_2013.pdf>

Último acesso em: 17 de Maio de 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil- Dados 2014**, Brasília, CIMI, 2014

Disponível em:

<https://www.cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2014-Cimi.pdf>

Último acesso em: 17 de Maio de 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil- Dados 2015**, Brasília, CIMI, 2015

Disponível em:

<https://www.cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2015-Cimi.pdf>

Último acesso em: 17 de Maio de 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil- Dados 2016**, Brasília, CIMI, 2016

Disponível em:

<https://www.cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2016-Cimi.pdf>

Último acesso em: 17 de Maio de 2018.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Maria Evanir Vicente; MATSUO, Tiemi; SOUZA, Regina Kazue Tanno de. Aspectos demográficos e Mortalidade de populações indígenas do Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 27, p. 2327-2339, dez. 2011.

Disponível em:

<<https://www.scielo.org/article/csp/2011.v27n12/2327-2339/>>

Último acesso em: 01 de abril de 2018.

GAMELOA, LUIZA; BRANDÃO, L.C.; LEVINOA, ANTÔNIO. Dimensions and potentialities of the geographic information system on indigenous health, **Núcleo de Estudos de Saúde Pública**, São Paulo, vol. 39, n. 4, 2005.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000400018>.

Último acesso em: 16 de maio de 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico 2010.

Disponível em:

<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>

Último acesso em: 7 de março de 2018

LENZI, LUANA et all. Influenza pandêmica A (H1N1) 2009: fatores de risco para o internamento* Pandemic influenza A (H1N1) 2009: risk factors for hospitalization, *J Bras Pneumol.*; vol.38,n.57, p.65, 2012.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-37132012000100009>

Último acesso em: 17 de maio de 2018.

MACHADO, M.; PAGLIARO, H.; BARUZZI, R. G. Perfil demográfico dos Hupd'äh, povo Maku da região do Alto Rio Negro, Amazonas (2000-2003). **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, vol. 26, n. 1, p. 37-50, 2009.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982009000100004>

Último acesso em: 17 de maio de 2018.

MENEGOLLA, I. A. Estado nutricional e fatores associados à estatura de crianças da Terra Indígena Guarita, Sul do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 2, p.395-406, 2006.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2006000200017&script=sci_abstract&tlng=pt >

Último acesso em: 17 de maio de 2018.

MARQUE, MARLI. et al. Magnitude da tuberculose pulmonar na população fronteiriça de Mato Grosso do Sul (Brasil), Paraguai e Bolívia, **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.30,n.12, p.2631-2642, 2014.

Disponível em:

<https://scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v30n12/0102-311X-csp-30-12-02631.pdf>.

Último acesso em: 17 de maio de 2018.

MARQUE, A. M. C. et al. Tuberculose em indígenas menores de 15 anos, no Estado de Mato Grosso do Sul, **Rev Soc Bras Med Trop**, vol.43, n.6, p. 700-704, 2010.

MATHIAS, T. A. F.; ASSUNÇÃO, A. N. de.; SILVA, G. F.da. Óbitos infantis investigados pelo comitê de prevenção da mortalidade infantil em região do estado do Paraná. **Rev Esc Enferm**, vol.42, n. 3, p. 442 – 450, 2008.

Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n3/v42n3a04>>.

Último acesso em: 17 de maio de 2018.

ORELLANA, J. D. Y. et all. Mortalidade por Suicídio: um enfoque em municípios com alta proporção de população autodeclarada indígena no Estado do Amazonas, Brasil. *Rev Bras Epidemiol*, São Paulo, vol 16, n. 3, p.658-669, 2013.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-790X2013000300658&script=sci_arttext&tlng=pt>

Último acesso em: 17 de maio de 2018

PAGLIARO, H. A revolução demográfica dos povos indígenas no Brasil: a experiência dos Kayabí do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso, Brasil, 1970-2007. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 26, n. 3, p.579-590, 2010.

Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/csp/v26n3/15.pdf>>.

Último acesso em: 17 de maio de 2018

PAGLIARO, H. et.all. Dinâmica Demográfica dos Kamaiurá, povo Tupi do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso, Brasil, 1970-1999. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 377-388, 2008.

Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v25n2/v25n2a12.pdf>>.

Último acesso em: 17 de maio de 2018

PAGLIARO, H. Recuperação Populacional e Fecundidade dos Kamaiurá, Povo Tupi do Alto Xingu, Brasil Central, 1970-2003. **Saúde Soc.** São Paulo, v.16, n.2, p.37-47, 2007.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902007000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>

Último acesso em: 17 de maio de 2018.

PAGLIARO, H. et all. Dinâmica demográfica dos Suyá, povo Jê do Parque Indígena do Xingu, Brasil Central, 1970-2004. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 5, p.1071-1081, 2007.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2007000500009&script=sci_abstract&tlng=pt>.

Último acesso em: 17 de maio de 2018.

PENA, J. L.; HELLER, L.; DIAS JR, C. S. A população Xakriabá, Minas Gerais: aspectos demográficos, políticos, sociais e econômicos. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 51-59, 2009.

Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v26n1/v26n1a05.pdf>>.

Último acesso em: 17 de maio de 2018

POSADA, Rafael; FERREIRA, Vanessa; SANTOS, Kevin; SOUZA, Leidiane. Violent mortality in the indigenous “pataxó from bahia”: a postcolonial Demographic approach. In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE. 28., 2017, cidade do Cabo (África do Sul). **Anais...** Cidade do Cabo, 2017. P. 1-25.

Disponível em:

http://ipc2017capetown.iussp.org/wp-content/uploads/2016/03/IPC2017_Programme_2017_Final_12_OCT_2017.pdf

Último acesso em: 17 de maio de 2018.

RIOS, Diana Patrícia Giraldo et all. Tuberculose em indígenas da Amazônia brasileira: estudo epidemiológico, **Rev Panam Salud Publica**, vol. 33, n.1,p. 2013

Disponível em:

<http://scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v30n12/0102-311X-csp-30-12-02631.pdf>.

Último acesso em: 17 de maio de 2018

SOUZA, L. G. de et al. Demografia e saúde do povo indígena Xavante de Mato Grosso, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 10, p. 1891-1905, 2011.

Disponível em:

<<https://pdfs.semanticscholar.org/5628/c22fdc1afaadc7a3f22f25ca389658b1df2e.pdf>>.

Último acesso em: 17 de maio de 2018.

SOUZA, Maximiliano Loiola de. Narrativas indígenas sobre suicídio no Alto Rio Negro, Brasil: tecendo sentidos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, vol.25, n.1, p.145-159.

Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n1/1984-0470-sausoc-25-01-00145.pdf>>.

Último acesso em: 17 de maio 2018.

SOUZA, M. L. P. de; ORELLANA, J. D. Y. Suicide mortality in São Gabriel da Cachoeira, a predominantly indigenous Brazilian municipality. **Rev Bras Psiquiatr; Official Journal of the Brazilian Psychiatric Association**. [on line] vol. 34, n. 1, p.34-37, 2012.

Disponível em:

<<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1516-44462012000100007>>

Último acesso em: 17 de maio de 2018.

SOUZA, L. G. de; SANTOS, R. V.; COIMBRA JR,C. E. A. Estrutura etária, natalidade e mortalidade do povo indígena Xavante de Mato Grosso, Amazônia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.15, n. 1, p. 1465-1473, 2010.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000700058>

Último acesso em: 17 de maio de 2018.

SOUZA, L. G.; SANTOS, R. V.. Componente demográfico do sistema de Informação da atenção à saúde indígena, Dsei-Xavante, Mato Grosso, Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 523-529, 2009.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792009000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>.

Último acesso em: 17 de maio de 2018.

SOUZA, L. G. DE; SANTOS, R. V. Perfil demográfico da população indígena Xavante de Sangradouro-Volta Grande, Mato Grosso (1993-1997), Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.17, n. 2, p.355-365, mar-abr, 2001.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2001000200010&script=sci_abstract>.

Último acesso em: 16 de maio de 2018

TEIXEIRA, P.; BRASIL; SILVA, E. M. de. Demografia de um povo indígena Amazônia brasileira: os saterá-mawé. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 2, p. 429-448, 2011.

Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v28n2/a11v28n2.pdf>>

Útimo acesso em: 17 de maio de 2018

VIEIRA JUNIOR, ANTONIO. OTAVIANO; MARTINS, ROBERTA. SAUAIA, Epidemia de sarampo e trabalho escravo no Grão-Pará (1748-1778), **Rev. bras. estud. popul.**, vol.32, n.2, pp.293-311, 2015.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982015000200293&script=sci_abstract&tlng=pt>.

Último acesso em: 17 de maio de 2018